

Número 5, Ano 2022

REVISTA DA SOCIEDADE DE PSICANÁLISE IRACY DOYLE

ENSAIOS

MARÇO, 2023

Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle – SPID
Revista Ensaios número 5
São Sebastião do Rio de Janeiro, RJ, março de 2023

Produção, organização e revisão

Cynthia Azevedo

Marcio Garrit

Ninfa Parreiras

Editoração eletrônica

Abreu's System

SOCIEDADE DE PSICANÁLISE IRACY DOYLE – SPID

Rua Visconde de Pirajá, 156/307, Ipanema – CEP 22410-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel: 21 – 25220032 | spid.secretaria@gmail.com e spid.adm@gmail.com

facebook SPID – Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle

instagram SPID – sociedade de psicanálise

Cynthia Azevedo e Ninfa Parreiras

Trazemos a 5ª edição da **Revista Ensaios da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID)**, com a pluralidade da psicanálise na qual pautamos nossas pesquisas e práticas. Reunimos artigos que abordam da obra de Sigmund Freud aos autores e pensadores contemporâneos. Este é o terceiro número virtual, produzido durante a Pandemia de COVID 19. Para essa edição, escolhemos **Desafios da Clínica Psicanalítica para o Século XXI** como tema que norteia os textos, tanto de colegas da SPID quanto de convidados de fora.

Um conjunto de ensaios, reflexões teóricas e clínicas, resenhas e pesquisas está aqui publicado virtualmente. A comunicação facilitada de uma edição virtual se expande para além das paredes e da Biblioteca da nossa instituição. Facilitada no sentido de circular aos quatro cantos, pelas redes sociais, assim desejamos.

Estamos, desde março de 2020, com as atividades presenciais suspensas na SPID. Inicialmente, por conta da Pandemia de COVID 19; depois, porque nossa sede entrou em reforma para ser inaugurada em 2023, ano em que completamos 70 anos. São sete décadas de trocas teóricas e clínicas, culturais e sociais. Temos muito para comemorar e vocês são nossos convidados para as atividades e produções virtuais e presenciais.

Abram as páginas da nossa Revista e sintam-se na SPID. Na seção **Pesquisas**, temos artigos que mergulham na teoria e na clínica: “Crítica do racismo na psiquiatria colonial – sobre a obra de Franz Fanon”, de Joel Birman; “Do Grande Outro aos outros Outros: psicanálises e(m) alteração”, de Leif Grunewald; “Sobre a pesquisa em psicanálise – Por que as meninas se cortam? E os meninos?”, de Dirce Ferreira da Cunha; e “O singular e o coletivo que nos habita: a busca de uma forma singular de existir”, de Solange Bluvol. Reparem como são muitos os desafios da clínica: o diálogo com outras áreas para além do saber psicanalítico e o olhar e a escuta atentas dos analistas estão aqui contemplados.

Mais adiante, na seção **Antena**, temos resenhas de filmes: “Estilo *versus* Pejorativismo (Psicanálise, Cinema e Poesia)”; e “Coringa, A Sátira do Riso Livre”, ambas de Bruno Campos. São dicas e reflexões sobre essa arte das telas e a aproximação com a psicanálise.

Na seção nomeada **A Clínica Ressignificada**, faremos um mergulho em diferentes olhares sobre a clínica com: “Supervisão Psicanalítica Hoje”, de Ary Band; “A quem se destinam as palavras na clínica psicanalítica?”, de Ninfa Parreiras; e “A clínica psicanalítica do autismo: um ensaio a partir da revisão de literatura”, de Marcos da Silva Andrade. É a diversidade e a pluralidade que caracterizam essas contribuições.

Na seção **Encontros**, estamos diante de produções de colegas da SPID, frutos de apresentações e de seminários: “Um testemunho do trabalho psicanalítico”, de Leandro Rafael Ferreira dos Santos, seu trabalho de

passagem a membro titular da SPID; e “Humor e horror”, de Patricia Guimarães, um debate que não encerra conclusões, mas instiga o pensar essas duas expressões tão estudadas na psicanálise. Além disso, temos um resumo sobre os projetos Quintas e SPID Circular, desenvolvidos em 2022, pela Comissão de Divulgação e Publicação. São encontros intimistas com analistas da SPID e de outras instituições, para falarem sobre temas e questões que são desafios da clínica psicanalítica.

Tradicionalmente, ao final, temos uma apresentação **Sobre a SPID** e as listas de **Membros Titulares e Associados** atualizadas até o fechamento desta edição.

Comece a passar as páginas e mergulhe nesta **Ensaio**, feita com todo nosso cuidado!

7 I. Pesquisas

- 7 Crítica do racismo na psiquiatria colonial – sobre a obra de Franz Fanon – *Joel Birman*
- 13 Do Grande Outro aos outros Outros: psicanálises e(m) alteração – *Leif Grünwald*
- 21 Sobre a pesquisa em psicanálise – Por que as meninas se cortam?
E os meninos? – *Dirce Ferreira da Cunha*
- 24 O singular e o coletivo que nos habita: a busca de uma forma singular de existir –
Solange Bluvol

33 II. Antena

- 33 Estilo *versus* Pejorativismo (Psicanálise, Cinema e Poesia) – *Bruno Campos*
- 36 “Coringa”, A Sátira do Riso Livre – *Bruno Campos*

38 III. A Clínica Ressignificada

- 38 Supervisão psicanalítica hoje – *Ary Band*
- 45 A quem se destinam as palavras na clínica psicanalítica? – *Ninfa Parreiras*
- 48 A clínica psicanalítica do autismo: um ensaio a partir da revisão de literatura –
Marcos da Silva Andrade

54 IV. Encontros

- 54 Um testemunho do trabalho psicanalítico – *Leandro Rafael Ferreira dos Santos*
- 63 Humor e horror – *Patricia Guimarães*
- 66 Quintas na SPID e SPID Circular

Crítica do racismo na psiquiatria colonial – sobre a obra de Franz Fanon*

Joel Birman

I. Introdução

Não obstante os seus inequívocos engajamentos político,¹ militante² e revolucionário,³ Franz Fanon era *também* um psiquiatra de alto nível, como se evidenciou de forma eloquente com a publicação de seus *escritos psiquiátricos* condensados na obra intitulada *Alienação e liberdade*.⁴ Pode-se mesmo afirmar, de forma indubitável, que todo o seu percurso político e intelectual se centra na oposição fundamental existente entre a *alienação* e a *liberdade*, na medida em que seria a superação da condição de alienação pelo *sujeito* que lhe daria a condição concreta de possibilidade de ter acesso à condição *ética* da liberdade. Além disso, é importante destacar que a possibilidade do sujeito em aceder à condição efetiva da liberdade na sua singularidade implicaria, ao mesmo tempo, a ultrapassagem concreta de sua condição de alienação no registro coletivo.

Portanto, existiria, segundo Fanon, a articulação íntima entre os registros *psíquico* e *social*, face e verso que seriam assim de uma mesma *problemática*.⁵ Daí porque a leitura teórica de Fanon é sempre de ordem eminentemente *interdisciplinar*, o que se evidenciava já na publicação de sua obra inicial em 1952, intitulada *Pele negra, máscaras brancas*.⁶ Com efeito, nas linhas e entrelinhas desse livro genial é possível reconhecer as conjunções expressas por Fanon entre os discursos antropológico, sociológico histórico, psicanalítico, psiquiátrico e político, para conceber então a *complexidade* teórica condensada nas problemáticas da *raça* e da *etnia*. Estaria justamente nesse tópico crucial a originalidade desse livro inaugural no percurso teórico de Fanon. Enfim, foi a presença eloquente da interdisciplinaridade no fundamento do discurso teórico de Fanon o que possibilitou posteriormente a *apropriação* da obra de Fanon em diversos discursos e campos disciplinares específicos.

* Este ensaio foi escrito a partir das notas que me orientaram na intervenção realizada no Colóquio intitulado “Retour à Fanon”, organizado pelo *Espace Analytique* em Paris, em 23 de janeiro de 2021, on-line.

¹ Fanon, F. *Escritos políticos*. São Paulo: Boitempo, 2021.

² Fanon, F. *Por uma revolução africana*, Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

³ *Ibidem*.

⁴ Fanon, F. *Alienação e liberdade*. Escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu, 2020.

⁵ Foucault, M. *Dits et écrits*. Volume IV. Paris: Gallimard, 1994.

⁶ Fanon, F. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu. 2020.

Com efeito, se a recente pauta política do *racismo estrutural* reativou a retomada dos textos políticos de Fanon, desde a brutal morte do George Floyd pela polícia norte-americana em Mineápolis, com múltiplas repercussões internacionais, em contrapartida foi a problemática dos estudos pós-coloniais o que possibilitou a retomada crítica, desde os anos 1980 e 1990, de *Pele negra, máscaras brancas*.⁷ Em consequência, esse livro foi indubitavelmente transformado numa obra clássica dos estudos pós-coloniais.

Não resta dúvida, portanto, de que a obra de Fanon é bastante *atual* na contemporaneidade. Daí então a sua retomada multifacetada na atualidade, com bastante vigor e rigor, no campo intelectual contemporâneo.

Dito tudo isso de forma preliminar, podemos enunciar agora a leitura que nos propomos a realizar neste ensaio do discurso teórico de Franz Fanon sobre a “Crítica do racismo na psiquiatria colonial”.

II. Política, ética e sujeito

A tese fundamental que pretendo sustentar inicialmente neste ensaio é de que o percurso teórico e político de Fanon se condensou na crítica sistemática da psiquiatria colonial e racista. Em seguida, seria necessário também colocar em devido destaque que a *crítica da razão racial* se articula intimamente e mesmo se fundaria na crítica da *razão colonial*, que revelou assim as duas faces da mesma questão, cara e coroa que aquelas seriam então do mesmo problema. Enfim, seria isso então, de forma sintética, o que pretendo problematizar neste ensaio.

Assim, Frantz Fanon foi psiquiatra chefe do Hospital de Blida-Joinville, na Argélia, entre 1953 e 1956, quando numa carta enviada ao Ministro Residente se demitiu definitivamente de suas funções, pela impossibilidade de realizar o seu trabalho clínico em face da terrível despersonalização promovida na totalidade de seus pacientes, em decorrência da *violência (real e simbólica)* realizada estruturalmente pela condição colonial.⁸ Com efeito, diante do não *reconhecimento* do sujeito produzido pela ordem colonial, a prática psiquiátrica seria assim impossível, pois seria como pretender enxugar gelo.

A reação das autoridades política e institucional do colonizador franco-argelino foi então imediata, na medida em que Fanon foi expulso da Argélia imediatamente, se instalando então na Tunísia, onde passou a residir nos anos seguintes de sua curta vida, pois veio a falecer em 1961, nos Estados Unidos, em consequência de uma leucemia. Dedicou-se, então, às atividades psiquiátrica, política, jornalística e militante, de forma contínua e apaixonada, nos poucos anos que lhe restaram.

Fanon enunciou e sustentou assim uma posição ética e política bem clara para definir quais seriam as condições de possibilidade concreta para a existência efetiva da clínica psiquiátrica, a saber, o reconhecimento pleno da condição de sujeito do paciente, sem o qual não seria possível o exercício efetivo da prática psiquiátrica. Com efeito, com a despersonalização dos pacientes, oriunda da servidão colonial e racial, como disse acima, tornaria impossível a realização da experiência psiquiátrica, nos registros real e simbólico. Seria, pois, pela superação da condição do colonizado pela crueldade das práticas realizadas pelo colonizador, que

⁷ Ibidem.

⁸ Fanon, F. Carta ao Ministro Residente (1856). In: Fanon, F. *Por uma revolução africana*. Op. cit.

se articulava nos registros da raça e da etnia, que a experiência (*ética e política*) plena do *reconhecimento* poderia finalmente se realizar.

Portanto, o *axioma* fundamental que sustenta e norteia a leitura da experiência clínica em Fanon é bastante claro e até mesmo óbvio. De fato, não existiria qualquer possibilidade da existência efetiva da experiência clínica psiquiátrica sem que o sujeito, na sua plena singularidade, fosse reconhecido de forma preliminar pelo dispositivo clínico. Seria em decorrência disso então que a condição colonial, mediada pelos pressupostos do racismo, tornava impossível a experiência psiquiátrica propriamente dita, pois o sujeito colonizado estaria em condição de *submissão* ao colonizador, num círculo vicioso que relançaria permanentemente os impasses insuperáveis da experiência psiquiátrica, na condição colonial e racista.

Contudo, não se pode perder jamais de vista que, ainda segundo Fanon, a condição política da *cidadania* seria assim a condição concreta da possibilidade para a constituição do *sujeito*, do estrito ponto de vista *ético*. Seria enfim pela devida consideração desta problemática que a categoria de *reconhecimento* seria crucial no discurso teórico de Fanon, assim como das consequências e derivações do reconhecimento na leitura do campo da política.

Assim, se a relação entre a condição concreta de possibilidade da experiência clínica seria o pleno reconhecimento da condição do sujeito é uma tese presente no campo psicanalítico desde Freud e que Lacan colocou em destaque nos seus *Escritos*, desde o tempo em que se centrava no registro do Imaginário.⁹

Porém, Fanon colocou ainda em destaque a condição política da cidadania, considerando os impasses presentes na experiência colonial, como sendo efetivamente crucial para que o sujeito pudesse se constituir.

No entanto, foi pela consideração efetiva desta problemática que Fanon se inscreveu diferentemente na leitura da tese de Hegel sobre a “Dialética do senhor e do escravo”, enunciada no capítulo IV da obra intitulada “Fenomenologia do espírito”.¹⁰ Com efeito, se na obra inicial “Pele negra e máscaras brancas” ele se norteava pela tese de Hegel sobre a dialética do senhor e do escravo, na obra posterior, intitulada “Os desgraçados da terra”,¹¹ Fanon rompeu definitivamente com a dialética hegeliana. O que passou a estar em jogo foi a questão da *violência*, que passou a ocupar uma posição crucial na encruzilhada entre os registros ético e político, como veremos em seguida.

III. Guerra, política e raça

Assim, como dito acima, seria em consequência disso que a experiência da violência pelo sujeito seria fundamental no processo de superação da condição de colonizado diante do colonizador, na medida em que o processo de dominação colonial se realizaria pela violência assassina, sustentada de forma cruel pela figura do colonizador. Com efeito, seria assim por esse viés que a despersonalização se imporia à figura do colonizado pela figura do colonizador, pela mediação crucial da problemática racial. Enfim, para se confrontar

⁹ Lacan, J. *Écrits*. Paris : Seuil, 1966.

¹⁰ Hegel, G.W.F. *La phénoménologie de l'esprit*. Paris : Aubier, 1941. Vol. I Capítulo IV.

¹¹ Fanon, F. *Les damnés de la terre*. Paris : Le Decouverte, 2002.

vigorosamente com essa violência aniquilante exercida pela figura do colonizador racista, a figura do colonizado teria que exercer, em contrapartida, a violência sobre aquele.

Nessa perspectiva, Fanon realizou de forma crucial e decisiva a crítica da dialética hegeliana do senhor e de escravos, a saber, de que seria pelo *trabalho* que a figura do escravo poderia superar dialeticamente a dominação exercida pelo senhor,¹² para enunciar posteriormente de que seria pela violência que a figura do colonizado poderia superar a dominação do colonizador.¹³ Para Fanon, pois, sem a violência, exercida pela figura do colonizado sobre a do colonizador, o processo da emancipação social e política seria então impossível.

Dessa maneira, nesse contexto, os discursos da *guerra* e da *política* foram rearticulados diferentemente no discurso teórico de Fanon, na medida em que sem a violência da guerra, em que as relações de força seriam remanejadas, não seria possível pensar de outra forma as relações dos colonizados com os colonizadores.¹⁴

Assim, a leitura de Fanon se aproxima daquela que foi realizada por Foucault na obra intitulada “Em defesa da sociedade”,¹⁵ em que Foucault *criticava* a leitura enunciada inicialmente por Clausewitz na obra intitulada *Da guerra*, de que a guerra seria a continuação da política de outras maneiras,¹⁶ para enunciar, em contrapartida, a sua inversão, a saber, de que seria a política que seria sempre originária, na medida em que as relações de força estariam estabelecidas *entre* os sujeitos e os corpos.¹⁷

Seria em decorrência de tudo isso que Fanon e Foucault se aproximam igualmente, para colocar o racismo numa posição estratégica na modernidade, na medida em que a problemática da raça passou a ocupar uma posição crucial no sistema moderno de dominação.¹⁸ Seria por esse viés que a *política concentracionária* nazista e a *eugenia* foram os pontos de chegada triunfal dessa estratégia racista no Ocidente,¹⁹ de maneira que Fanon, de seu lado, colocou em destaque com a construção do sistema colonial de base eminentemente racista.²⁰

É preciso colocar no devido destaque como, ainda segundo Foucault na obra *Em defesa da sociedade*, exprimiu que a hipótese de Marx sobre a *luta de classes* foi derivada da tese inicial dos historiadores franceses sobre o Antigo Regime, nos quais se enunciava a “luta de raças”.²¹

Portanto, a novidade indiscutível do discurso teórico de Fanon nos anos 1950 foi **colocar** em destaque a *dimensão racial* e até mesmo francamente *racista* pela qual se realizariam os processos de dominação social e política, que se configurou pela construção da ordem colonial. Seria por esse viés, enfim, que Fanon passou a empreender a desconstrução sistemática da ordem colonial, sem a qual não se poderia apreender o funcionamento colonizador das potências e dos impérios ocidentais.²²

¹² Hegel, G.W.F. *La phénoménologie de l'esprit*. Op. cit.

¹³ Fanon, F. *Les damnés de la terre*. Paris : Le Decouverte, 2002.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Foucault, M. *Il faut défendre la société* (1976). Paris, Gallimard/Seuil, 1997.

¹⁶ Clausewitz, C.V. *Da Guerra*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

¹⁷ Foucault, M. (1976) *Il faut défendre la société*. Op.cit.

¹⁸ Fanon, F. *Les damnés de la terre*. Op. cit.

¹⁹ Foucault, M. *Il faut défendre la société* (1976). Op.cit.

²⁰ Fanon, F. *Les damnés de la terre*. Op. cit.

²¹ Foucault, M. *Il faut défendre la société* (1976). Op. cit.

²² Fanon, F. *Les damnés de la terre*. Op. cit.

IV. Animalizados e degenerados

É necessário então retornar agora de maneira frontal a leitura crítica de Fanon da psiquiatria colonial e racista, que é fundamental na construção do discurso teórico de Fanon.

Assim, no capítulo V da obra intitulada “Os desgraçados da terra”, Fanon coloca em destaque a relação entre os registros da guerra colonial e as perturbações psíquicas.²³ De diferentes maneiras, destacava a dimensão traumática produzida no sujeito pela ordem colonial. O trauma é destacado na sua leitura psicanalítica, realizada por Freud no ensaio de 1920 intitulado “Além do princípio do prazer”.²⁴ Esse conceito clínico assume, nesse contexto, uma conjunção crucial com a problemática da raça, na medida em que o sujeito seria despersonalizado pela prática social da ordem colonial.

A leitura empreendida pela Escola de Argel, realizada sistematicamente pelo Professor Perot desde os anos 1930, seria que os africanos da África do Norte (Magreb) seriam seres biologicamente inferiores, na medida em que tais populações seriam marcadas morfológicamente por uma regressão do córtex cerebral, na direção do diencéfalo. Portanto, segundo essa leitura eminentemente racista, os árabes estavam inscritos na ordem animal e teriam perdido assim já qualquer inscrição na ordem humana.²⁵

Essa tese foi retomada posteriormente pelo discurso etnopsiquiátrico de Carothers para disseminá-la para as populações da África Central e Oriental, isto é, todas as populações africanas.²⁶

Portanto, seriam assim todos os africanos, do Norte, do Centro e do Oriente que seriam inscritos no registro da animalidade, numa regressão biológica em relação ao córtex cerebral. Enfim, os negros e os árabes não seriam então humanos como os brancos, por estarem inscritos numa morfologia cerebral de ordem pré-cortical.

É possível formular assim que tais teses racistas enunciadas por Perot e Carothers são a versão moderna da tese da *degeneração* de Morel, divulgada no século XIX, para pensar as doenças e anomalias mentais, mas que serviam também para sustentar a leitura do processo civilizatório, numa perspectiva evolucionista.²⁷

Seria assim pela mediação das teses da psiquiatria (racista) colonial que o processo de animalização dos árabes e dos negros, poderia ser realizado então em nome do imperativo civilizatório, como o discurso colonialista então se apresentava.

No entanto, é preciso dizer ainda que tais teses colonialistas e racistas tinham o suporte epistemológico da antropologia, de Levy Bruhl, que pela tese enunciada sobre o *primitivismo* social das civilizações de tais sociedades primitivas em face do Ocidente, que o processo civilizatório procurava regular pelo processo colonialista.²⁸

²³ Ibidem.

²⁴ Freud, S. (1920). “Au-delà du principe de plaisir”. In: Freud, S. *Essais de psychanalyse*. Paris, Payot, 1981.

²⁵ Fanon, F. *Les damnés de la terre*. Op. cit.

²⁶ Carothers, « Psychologie normale et pathologique de l’africain ». In : *Études ethno-psychiatrique*, Paris, Masson, 1949.

²⁷ Morel, B.A. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l’espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés maladies*. Paris : J. B. Baillière, 1857.

²⁸ Levy Bruhl, L. *A mentalidade primitiva*. Rio de Janeiro: Paulus, 2008.

V. Holismo e liberdade

Portanto, ao se contrapor à psiquiatria racista e colonialista, assim como ao empreender a sua desconstrução, Fanon enunciou um discurso psiquiátrico *holístico*, para pensar nas conjunções entre os registros *biológico, psíquico, social e político*. Seria por isso que o *tratamento institucional* seria fundamental para Fanon, que foi formado na Escola francesa de *Psicoterapia Institucional*, sob a direção de Tosquelles, no Hospital Saint-Albin.²⁹

Assim, pela conjunção das práticas da psicoterapia e da socioterapia, Fanon realizava ao mesmo tempo os tratamentos biológico (choque insulínico) e farmacológico, nos quais as dimensões da *linguagem* e do *diálogo* com os pacientes seriam fundamentais.³⁰

Para concluir, é preciso dizer ainda que psiquiatria holística de Fanon se fundava na *concepção* organo-dinâmica de Henry Ey, em que os registros superiores de espírito seriam cruciais na regulação do sujeito e do comportamento. Entretanto, a leitura que Fanon realizou do discurso organo-dinâmico de Ey foi inscrito na leitura da fenomenologia de Merleau-Ponty, principalmente na obra intitulada *Estrutura do comportamento*, de forma que os registros superiores de *ser, norteados pela intencionalidade*, dariam a direção e norteariam os registros biológicos inferiores. O discurso psicanalítico se inscrevia igualmente na concepção holística da psiquiatria enunciada por Fanon.

Enfim, se a psiquiatria racista colonial teria que ser desconstruída, em nome dos imperativos do *sujeito* e do *cidadão*, seria em decorrência do imperativo da *liberdade*, como marca insofismável da condição humana, pois, ainda segundo Henry Ey, as patologias psíquicas seriam fundamentalmente patologias de liberdade.

Joel Birman é psicanalista, membro efetivo do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos e do Espace Analytique; professor do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica (UFRJ); diretor de Estudos em Letras e Ciências Humanas, Universidade Paris VII; pesquisador do CNPq.

²⁹ Fanon, F. *Alienação e liberdade*. Escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu, 2020.

³⁰ Ponty, M. M. *La structure du comportement*. Paris : PUF, 1944.

Do Grande Outro aos outros Outros: psicanálises e(m) alteração

Leif Grünewald

1. Introdução

No momento em que começo a escrever este texto, tenho já há alguns dias a lembrança de uma breve intervenção de Guattari (que já há trinta anos nos deixou) realizada no contexto de uma série de encontros do GTPSI ocorridos em algum momento durante os anos de 1960. Ela, que tinha como pontos de partida o problema da produção e proliferação de instituições e o reforço da alienação individual, acenava no fim para o que Guattari dera o nome de “uma nova direção para a psicanálise”.

A ideia que Guattari sustentava de que – enquanto se faziam reportar em psicanálise todas as referências imaginárias e complexos pessoais trazidos à baila nas narrativas individuais a um mito cuja coesão se expressava num sistema totalizado, tomado como um tipo de Grande Outro – se deixava de responder uma questão fundamental, que era: quando se diz que o inconsciente se encontra estruturado “como uma língua”, quer-se sugerir que ele pertence a alguma estrutura com aspecto de impermeabilidade, ou que se encontra em codependência permanente com outras estruturas às quais se encontra conectada? Donde Guattari sugeriria que qualquer investigação demonstra que representações, mitos e todos os personagens que alimentam uma determinada cena secundária são, em realidade, personagens que permeiam questões fundamentais de nossa sociedade (em suma, a luta de classes que subjaz ao modo de produção de nossa sociedade). Disso, o ponto decisivo para Guattari foi que o psicanalista, ao ignorar elementos interpretativos que podem ser apreendidos nas cadeias móveis do social, falha na apreensão não só de determinados problemas políticos, como também dos axiomas inconscientes socialmente compartilhados.

Se essa lembrança de Guattari acabou por sintetizar aqui uma “tese” do autor sobre um problema posto para uma certa psicanálise, é a partir dela que gostaria de propor um exercício de pensamento, que se sustenta da seguinte indagação: o que ocorreria caso substituíssemos a imagem de um grande Outro, que predelineia e circunscreve um mundo possível, pela de “outros Outros” – repondo, assim, a capacidade de alteração à alteridade de outrem? Ou ainda, que alterações um pensamento sobre um Outro que não consiste num ponto de vista particular, relativo ao sujeito, mas num tipo de princípio que constitui um campo perceptivo e seus conteúdos provocariam?

Assim e em suma, confiando que esses outros Outros consistam na expressão de um mundo possível que existe realmente, mas que não efetua fora da realidade enquanto tal e da linguagem (portanto, do sentido), é de se imaginar que o Eu surja aí como atualização desse possível, ao tomar a parte que lhe cabe num jogo de linguagem. Dessa forma, para dizer com as mesmas palavras usadas noutro momento por Viveiros de Castro (2002), o sujeito é assim feito, não causa – isso é: o sujeito é, antes de tudo, o resultado da interiorização de uma relação à qual ele é interior.

2. Um Grande Outro, um pequeno outro

1968. Por ocasião da abertura de seu seminário *D'un Autre à l'autre*, Lacan escrevia a seguinte frase num quadro negro: “A essência da teoria psicanalítica é um discurso sem palavras” (cf. MELMAN, 2007). E sendo o alcance de uma definição de discurso analítico o objetivo posto para o ensino daquele ano, Lacan trazia a baila no fim dos anos 1970 a ideia de que o analista em cargo da condução desse discurso careceria de levar em conta que o “universo do discurso” não existe. Atravessado, como se sabe bem, pelas questões postas na época pelo estruturalismo francês pelo menos desde os anos de 1950, Lacan buscava naquele ano examinar as implicações da possível aproximação entre alguma teoria marxista e sua teorização sobre o objeto a.

Ocupando-se de fazer recordar que uma das contribuições importantes oferecidas pelo marxismo consistiu tanto na descoberta da existência de um mercado de trabalho (tomado enquanto um ponto teórico de encontro entre a oferta da força de trabalho e a demanda por mão-de-obra), quanto na centralidade da noção de mais-valia, expressa na descoberta de que o trabalho pode ser comprado e representada na disparidade entre o salário pago e o valor produzido pelo trabalho. Como Marx bem observara, o gozo dessa mais-valia escapava ao trabalhador, mas também não beneficiava plenamente o dono do meio de produção, impelido a reinvesti-la parcialmente na própria produção, de modo que o valor agregado ao produto coincidiria com a recusa ao gozo pleno da mais-valia.

Até aí, para Lacan, nada de novo. O tempo da realização de seu seminário coincidia, como observou Jacques Alain Miller (2007), com o período agitado que sucedeu maio de 1968, no qual as questões postas excediam o campo teórico. Toda mirada sobre o poder e a absolutização do mercado encontrava-se lá, na imagem de que não havia limite para o que se pudesse comprar e vender. Toda novidade encontrava-se na relação possível entre essa renúncia ao gozo e o que denominara como função de mais-de-gozar (*plus-de-jouir*), que se encontrava, enquanto efeito de enunciação, no cerne do discurso analítico. Para Lacan, todo o problema repousava, então, na articulação de um “mercado do gozo” ao campo de efetuação do discurso, uma vez que é do gozo excedente que se produzirá, segundo o autor, o objeto a – isto é, como bem se sabe, o objeto causa do desejo. E assim, podia-se definir aquilo que Lacan dera o nome de “*plus-de-jouir*” como a renúncia ao gozo que permitiria isolar a função do objeto a como a de uma perda de gozo.

Pois seria justamente o reconhecimento disso que se chamara de “*plus-de-jouir*” que permitiria com que Lacan promovesse a articulação do sujeito ao significante, que ao mesmo tempo interdita o sujeito de sua própria apreensão e confere sua unidade como sujeito do discurso. Ao acenar então para a conexão entre o sujeito e o gozo que o liga ao “mais-de-gozar”, o que Lacan nos dá a vislumbrar é uma dimensão do mal-estar na civilização e do sintoma como efeito. De maneira mais simples, tudo se passaria para Lacan como se o valor de cada significante correspondesse apenas a sua posição diferencial com relação aos outros, de maneira que, de partida, todo significante é outro e integra um conjunto de traços que, cada um, tem o caráter

de ser outro. Assim, o problema desse outro, o “Grande Outro”, traz consigo uma exigência muito similar àquela identificada por Saussure para a linguística: aqui também se faz necessária uma referência comum a uma figura, para que cada um se revista de pelo menos um traço – o famoso *Einzigster Zug* sobre o qual falava Lacan, e que faz com que todos esses outros se encontrem supostamente idênticos sob uma referência identitária comum.

Talvez seja preciso recuar e indagar o que é exatamente que está sendo chamado de outro aqui? Esse recuo também corresponde a um retorno ao início mesmo do ensino de Lacan, quando esse autor, segundo nos faz recordar Jacques Alain Miller (*idem*), aquilo que se chamava de “pequeno outro” consistia num semelhante, aquele que não só se assemelha a você, mas que constitui uma projeção de sua própria forma – é ele que se forma à sua imagem, o que corresponderia a dizer algo muito preciso na ordem da linguagem, e muito diferente do grande Outro, que é, por si só, bastante outro”. Ademais, no que se refere à distinção entre o pequeno e o grande Outro, ela seria da mesma ordem que a distinção entre o imaginário e o simbólico e entre o Eu e o sujeito, figurando o Eu como o princípio da constituição dos objetos do mundo e, em particular, daqueles que reduzo a serem apenas meus companheiros, sendo essa referência, ao palco do espelho, a posição do outro especular, eu como outro e como semelhante.

Lacan, ao introduzir esse grande Outro, o fez com cautela. Era preciso esclarecer que o sujeito, ainda que nunca o alcance, o almeje. O que corresponderia a dizer que, como ele se expressa noutro lugar, tudo o que se pode acessar é um conjunto de sombras, mesmo com a aparência de multidão, destacando a solidão essencial do sujeito. É de fato essa multidão que o arremessa em detalhes minuciosos a fim de tentar fundar a identidade de cada um, porém essa identidade acaba por permanecer sempre obscurecida.

Pois bem. O que me parece sensacional na abordagem de Lacan é que ele, rompendo com um modo tradicional de pensamento sobre o Outro sustentado pela ideia de que uma imagem pode figurar para cada um como absolutamente representativa de si próprio, dá vistas a uma imagem que só se mantém unida com referência a um pequeno outro. Em outras palavras, enquanto haveria, de um lado, um Eu alienado de si próprio, de outro esse mesmo Eu encontraria sua sanção simbólica apenas num traço identitário, aquele que reúne todas essas alteridades (umas para as outras) em torno de um referente comum. Assim e em suma, como Christian Hoffmann e Adnan Houballah concluíram no capítulo de *Lacanianana* (2007) dedicado a esse seminário, talvez a melhor forma de se compreender a questão central de *D'un Autre à l'autre* é imaginá-la como se fosse uma resposta para a seguinte questão: de onde vem o significante que representa o sujeito?

Em *D'un Autre à l'autre*, o argumento principal não se sustenta em um significante linguístico, mas no que se chamava de lógica do significante, que não colocava ênfase em sua incompletude, mas sua inconsistência – oposta por Lacan ao problema cartesiano sobre o que é que pode se garantir no campo da verdade. Donde Lacan salientou que todo o problema da garantia posto no campo da verdade se encontrava, naquele momento, completamente deslocado, visto que não seria possível toda a consistência do discurso provir do campo do Outro. Se um Outro não é nenhum lugar que assegure alguma consistência da verdade, o sujeito em busca da consistência da verdade, que não encontra em si mesmo, também não a encontrará no Outro, senão neste único elemento consistente, o objeto a, que encontra a coerência do sujeito, que também é sua matéria.

3. Inflexões: outros Outros

Trouxe à baila acima a imagem de novas direções para a psicanálise a partir da lembrança de uma intervenção de Guattari. Naquele momento, o apontamento de Guattari pareceu útil porque acenava para um primeiro problema a resolver que consistia na avaliação da possibilidade de substituição de um sistema coeso e totalizado tomado como um tipo de Grande Outro composto por referências imaginárias e complexos pessoais trazidos à baila nas narrativas individuais pelo conjunto de diferentes elementos interpretativos apreensíveis nas cadeias móveis do social. Tal problema, como fiz questão de salientar, não é propriamente psicológico (isso é, ele não concerne à possibilidade empírica do conhecimento do Eu e do outro), mas, sobretudo, político. Ele remete à questão da legitimidade atribuída aos discursos heterogêneos que entram em relação de conhecimento e às relações de ordem (que não são nem inatas, nem seus polos de enunciação) que se decide dispor entre esses discursos (cf. VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

A essa altura, gostaria de transportar essas questões para outra paisagem. No momento em que redijo essa intervenção recordo-me que nos encontramos a uma semana da realização de uma das mais importantes eleições presidenciais no Brasil. Recordo-me também que nos últimos dias vimos, com gravidade, multiplicar o número de denúncias de agressão e de assédio promovidas por apoiadores de candidatos à presidência. Bem como me vem à memória a recordação de que aquilo que se expressa na linguagem (mas não só nela) pareceria dar vista a existência de pelo menos dois tipos de Outros, que procedem reciprocamente pela exclusão daqueles que tomam como objeto. Haveria, assim, de um lado, aqueles que se travestem odiosamente de verde e amarelo, agridem formas de ser que fabricam como resto, registram em vídeos lambidas em canos de escopetas e se orgulham da “imbrochabilidade” de seu “capitão”, defensor de sua própria masculinidade frágil. Esses mesmos que aderem à pauta de discussões sobre austeridades, cortes de gastos, redução da máquina pública, superfinanceirização da produção etc. Assim como há do outro lado aqueles que, ao parecerem desviar de rota, defendem um projeto regulatório sobre a economia, de desenvolvimento populista e liberal de inclusão social e transferência de renda, cuja preocupação é institucionalizar o estado tanto quanto possível nos lugares habitados por aqueles que se encontrariam excluídos de sua cidadania.

Em tal contexto, não me parece que o problema se encontre exatamente na possibilidade de apreensão do Outro como objeto. Isso se escancara nas acusações mútuas que se fazem de um lado e de outro. Entretanto, a solução não parece se encontrar também a colocar um ou outro como sujeito. Tomando de empréstimo uma elaboração de Viveiros de Castro (*idem*), toda a questão não se encontra no fato de que o Outro seja um sujeito, para o que não há dúvida, mas *o que pode ser* um sujeito é precisamente o que o Outro nos obriga a colocar em dúvida. Pois que o Outro possa ser um objeto, conforme discutiu Viveiros de Castro, apenas se o considerarmos como um objeto especial (ou ainda, um sujeito). Mas se ele é objetivamente um sujeito, aquilo que ele sustenta via linguagem também é objetivo e a expressão de um mundo possível.

O que fazer, à vista disso, dessa bifurcação das posições de sujeito e de objeto? Uma solução elaborada por Viveiros de Castro (2019) sugere que tal confronto não precisa se resumir a uma mesma equivocidade de parte a parte (pois, afinal, quem seria o definidor de univocidade adequada nesse caso?), mas tampouco se referiria à construção de um diálogo edificante. O confronto pode vir a acarretar a mútua implicação e na alteração dos discursos em jogo, já que o que se encontra em questão não é chegar ao consenso, mas ao mundo possível projetado a partir da relação complexa entre concepções e do agenciamento de intuições pré-conceituais.

Mas isso não é tudo, pois imagino que essa mesma afirmação acabe igualmente por transformar o discurso sobre imagem de um Outro, dotada de autonomia com relação a nós mesmos, quanto de uma determinada endoconsistência, e definida tanto pela falta quanto pela distância estabelecida em relação ao Eu – que abasteca-a de valor crítico e heurístico. Nesse sentido, cada imagem de um Outro determina uma outra imagem de mundo. Uma que incorpora a imagem *que* o Outro faz do mundo e a imagem *com a qual* o Outro faz um mundo, que nada deve ao mundo do sujeito.

Isso delinea para nós, como talvez se tenha percebido, uma forma de determinar a relação entre um sujeito e seu Outro que seria da mesma ordem que a determinação de uma relação de figura e o fundo. Há outras distribuições alicerçadas pela integração parcial de uma série de pequenas diferenças no modo de fazer a diferença. Claro, aqui também tudo parece se alimentar da percepção de que haveria, de um lado, uma grande divisão entre um sujeito e seu Outro e, de outro, o estímulo à percepção dos elementos de alteridade, o cerne de nossa “própria” identidade. Entretanto, se a grande divisão entre Eu e o Outro aparece reposta, é apenas para dividi-la, diferenciá-la, multiplicá-la, fractalizá-la e internalizá-la até o limite da discernibilidade. Sendo esse o caso, o sujeito passa a figurar menos como uma versão do Outro, concebida a partir do agregado de minúsculos “minioutros” submetidos ao Eu, que como multiplicidade assubjetiva (VIVEIROS DE CASTRO, 2019), cujos componentes não são individualidades ou subjetividades, mas singularidades que ignoram máquinas de produção de sujeitos ou de expressões que manifestem uma interioridade subjetiva.

Portanto, não se trata aqui de uma exteriorização do sujeito que institui um Outro. Assim como também não se trata aqui de unificação projetiva de um sujeito voltada para o exterior. O que se encontra em questão é uma máquina de inscrição cujo regime de funcionamento se acha voltado à codificação dos fluxos materiais e semióticos que constituem a produção desejante do sujeito.

Mas o que uma ideia como essa nos ensina? Creio que, primeiramente, que as relações entre um sujeito e seu interlocutor não conseguem esgotar todo o sentido do enunciado. Isso porque a redução de um discurso de um sujeito que “fala” apenas de um Outro é negar a ele sua própria intencionalidade. Dessa maneira, não se trata da proposição de uma interpretação do pensamento do Outro ou da fantasia de um sujeito. Assim como o caso aqui também não é de reduzir a relação entre um sujeito e o Outro como uma série de elaborações alimentadas por diferentes visões de mundo.

Tudo isso porque não há, de fato, mundo pronto para ser visto (isso é, mundo que anteceda a divisão entre visível/pensável e o invisível/pressuposto) e de onde se poderia instituir o horizonte de um pensamento. Não há aqui, portanto, explicação possível em termos da noção de contexto. O que há mesmo é apenas a sua recusa – que se dá, por sinal, em favor da noção de um campo problemático em que as ideias se acham implicadas, que é constituído a partir da afirmação da equivalência (de direito e da condição mutuamente constituinte) entre os discursos do Outro e do sujeito.

Pois bem. Aprendemos até aqui que uma coisa é sugerir que sujeitos e outros sejam *alguém*. Outra coisa, como parece ser o caso aqui, é afirmar que tanto um quanto esses outros são *ninguém* e não existem, portanto, fora de sua expressão – o exprimido que se encontra implicado no exprimente, ainda que permaneça heterogêneo a ele, e se entrevê efetuado na linguagem.

Dada a lição, talvez seja boa hora de voltar a Lacan, colocando uma na vizinhança da outra. Disse antes que para Lacan a distinção entre os pequenos outros e o grande Outro se encontrava na distinção entre o imaginário e o simbólico e entre o eu e o sujeito, sendo o eu o princípio da constituição dos objetos do mundo e,

particularmente, daqueles que reduzo a serem apenas meus companheiros – sendo essa referência ao palco do espelho a posição do outro especular, eu como outro e como companheiro. Acrescento agora que o Outro, introduzido por esse autor como um outro sujeito autêntico e como efeito de relações autenticamente intersubjetivas, se encontra num mundo de sombras cuja multidão não impede, mas, ao contrário, destaca sua solidão essencial. É de fato essa multidão que o lança em detalhes minuciosos para tentar fundar a identidade de cada um, mas essa identidade permanece sempre obscura. Como no *Aleph* de Jorge Luis Borges, o Um da identidade é um Um no infinito. Melhor dizendo, “um resto de infinito”.

Todo problema se encontra, penso eu, justamente na figura do Um criada diante do Outro como efeito de uma relação de identidade. Exatamente porque aos olhos da figura do Um a multiplicidade e a diferença sempre parecem escandalosas, de tal forma que o sujeito e seu Outro possam ser entendidos como um efeito do poder centrípeto do Um, que esmaga as forças múltiplas e centrífugas. Para o caso do pensamento sobre “outros Outros”, o sujeito e seu grande Outro se põem em realidade *contra* a figura do Um. São eles efetivamente *contra* a identidade, da qual figuram normalmente como um produto ou um correlato. O sujeito e seu grande Outro concebidos *contra* a identidade e seu poder de concebê-los a sua imagem. Cada sujeito diante de “outro Outro” aparece “como tal”, como se fosse uma micro “unidade” insubmissa e plenamente soberana, que não se deixa substituir por nenhuma outra forma de ser. Cada um é um representante de si mesmo, de maneira que nada do que foi “acordado” com alguém pode ser considerado válido, indutivamente ou dedutivamente, para o que será negociado com outra pessoa.

No fim das contas, note-se, isso não é o mesmo que sugerir que, diante de “outros Outros”, cada forma de ser concebida *contra* a identidade já figura como um princípio de unidade em si, mas sim que cada forma de ser já figura, individualmente e fractalmente, como um modo de existência *contra* a unidade e a identidade no seu direito. Ela se apresenta como um ser distributivo, que ocasionalmente também é capaz de se representar como uma massa que, mesmo que dotada de fronteiras conceituais fluidas, consegue identificar, mesmo que sincronicamente, quem é um Outro.

Essa falta de definição dos contornos de um grupo tem inúmeras implicações; ser *alguém* permanece sendo, de certa forma, uma questão aberta e em aberto, pois o Eu é mais que uma “imagem” (ou ainda, uma entidade num campo de identidades) do outro. É, antes, um polo de atração e uma fonte de imperfeição, pois mais do que uma mediação pela alteridade buscando constituir uma identidade, trata-se de uma passagem inescapável para a alteridade.

Coloca-se, enfim, a questão sobre a utilidade da ideia sobre a existência de “outros Outros” no cenário político e teórico posto contemporaneamente para a psicanálise.

No momento do seminário de Lacan, a separação do sujeito e do Outro, ali inscrito, bem serviu para indicar a posição inicial do analisando e do analista. É o analista que é capaz de dar, como disse Lacan, a resposta que não esperamos. Ao mesmo tempo, o destino do sujeito na experiência analítica só pode ser apreendido como realização em sua diferença da totalização – diferentemente do destino do Outro sujeito, que nunca é descrito como realização. O destino do Outro sujeito é, por seu lado, sempre apreendido por Lacan como um efeito paradoxal do que ele chamou de ato analítico, destituindo em seu fim o próprio sujeito que o estabelece.

Em tal contexto, um dos obstáculos à realização do sujeito é aquele apresentado ao sujeito por meio de sua relação com a imagem que se produz de seus semelhantes. Um outro é a redução da sucessão desses peque-

nos outros, que se vê refletida na relação do sujeito com o objeto a, construído em *D'um Autre à l'autre* menos como amostra corporal que como consistência lógica que pode ser válida para um determinado sujeito. Eis, portanto, no que se encontra o Outro, o objeto a, mas como único, não como múltiplo.

No momento atual, quando pensar se tornou tarefa da maior urgência e da mais extrema gravidade – quem ainda não percebeu que “nossa civilização” certamente entrou em uma crise de múltiplas dimensões. A leitura de todo o problema com referência à existência de “outros Outros” enfatiza a determinação de que a questão principal é uma espécie de “função política” da alteridade em psicanálise a fim de possibilitar a construção de um lugar onde não só um sujeito possa aparecer para si próprio quanto um outro possa “aparecer para si mesmo”. Em todo caso, tal “função política” não concerne a nenhum modo de representação posto a serviço tanto das conexões parasitas de um sujeito coletivo e da massa hierárquica organizada por modos completamente regressivos, quanto de um microfascismo “patriótico” que integra atualmente um modo de produção paranoico, mas dominante, de subjetividade. Noutros termos, a postulação sobre a existência de “outros Outros” acena menos para um regime político de funcionamento que para uma unidade imanente entre desejo e produção e dirige-se à codificação dos fluxos materiais e semióticos que constituem a produção de desejo de um sujeito. Basicamente, trata-se, em outras palavras, de uma política da multiplicidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2019) efetuada pela ideia de “outros Outros” que, em vez de se expressar como uma forma institucional de autorrepresentação coletiva, designa um regime de operação e uma realidade onipresente que precede o próprio sujeito e cujas condições cabe à análise determinar.

Em último caso, não nego que a hipótese sobre “outros Outros” nos dê a aparência de reforçar a oposição clássica tanto entre interior e exterior quanto entre o sujeito “humano” e um “Outro” pensado como resto e menos-que-humano. Pois justamente o contrário! No “interior” não se encontra nem o sujeito, nem um dualismo Eu/Nós-Outro, nem qualquer outra forma reflexiva de identidade, mas apenas a figura em que se baseia a política da multiplicidade tomada como função da noção de “outros Outros”: o aliado interposto entre os polos de interioridade e exterioridades ocupados pela massa que serve de referência a um Eu e as massas que figuram usualmente como grandes Outros.

Numa palavra, diante de tal noção, nunca há apenas duas posições. Tudo gira de maneira diferente diante desse terceiro termo que permite justamente a conversão da copropriedade interna do sujeito e a fragmentação externa e vice-versa, modulando a relação com o Outro, transformando-a em elemento para constituição do Eu. Para usar uma expressão que tomo de empréstimo de Viveiros de Castro (2019, p.75) e que foi trazida à baila noutro contexto muito diferente desse, trata-se, em suma, mais do “ternarismo e cromatismo do Outro que o binarismo massivo do Eu e do não-Eu”.

Por fim, comecei minha intervenção recordando-me de Guattari. A essa altura, em que já pressinto que é preciso concluí-la, recordo-me novamente, sem que eu sequer pudesse prever, de Guattari. Precisamente, de quando lançou há muitos anos a ideia de uma análise institucional e de analisadores coletivos para desespecializar a abordagem do inconsciente. Guattari quis ali marcar uma necessidade de uma abertura dos problemas das vidas cotidianas nas instituições em direção a toda uma micropolítica a partir de uma questão fundamental que ele formulou mais ou menos assim: – “por que sempre o ideal de *uma* subjetividade englobante? Por que não cem, cem mil, cem milhões? Por uma questão de eficácia? Ladainha!”

A saída para Guattari se encontraria não só no exame da natureza das formas de organização necessária pelos novos campos políticos e micropolíticos (seus sistemas de expressão, de coordenação, de proliferação, seu grau relativo de centralidade etc.), mas principalmente uma renovação completa na abordagem do pro-

blema central, mal chamado e maltratado há tanto tempo: a ação das massas. Ainda que acabemos sempre por constatar o que Guattari chamava de “três cercos fundamentais” (1987, p. 71) para as massas (a saber, o da repressão social, o da segmentaridade dos grupelhos, e o do sobreinvestimento inconsciente do “ideal de grupo”, que tende a tomar, em situações de clandestinidade, proporções gigantescas), nos conviria também nos dar meios para modificar um estado de coisas criando condições favoráveis para a manifestação de outros tipos de interação, que serão tanto mais compreendidos e assumidos quanto mais se baseia em agenciamentos contingentes que preservam a autonomia e a heterogeneidade de seus componentes.

E mais além, o que se poderia esperar de melhor no interior de cada um desses agenciamentos, distintos das formações organizadas de maneira mais clássicas? Pelo menos uma nova disponibilidade e uma nova sensibilidade às alianças e às conjunções imprevisíveis e inimagináveis efetuadas a partir de novas formas de se conceber o que é que um Outro é. Diante dessas alianças, a riqueza de um processo analítico se mede pelo grau de heterogeneidade desse tipo específico de transferência, de maneira que nenhuma espécie de hermenêutica universal poderia colocá-las em equivalência e extrair delas algum elemento explorável que presente a subjetividade por um significante dominante empacado diante da pretensão de interpretá-lo.

Referências

- GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: Pulsações Políticas do Desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HOFFMANN, Charles; HOUBBALLAH, Adnan. 2007. D'un Autre à l'autre". In: SAFOUAN, Moustapha. *Lacanianana*. Paris: Fayard, 1968.
- LACAN, Jacques. *Le Séminaire, livre XVI, D'un Autre à l'autre (1968-69)*. Paris: Seuil, 2006.
- MELMAN, Charles. *D'un Autre à l'autre, deuxième tour...* Paris: Éditions de l'Association Lacanienne Internationale, 2007.
- MILLER Jacques-Alain, “Une lecture du Séminaire D'un Autre à l'autre”, *La Cause freudienne*, 2007/1, n. 65, p. 87-124, 2007.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Politique des multiplicités. Pierre Clastres face à l'État*, Bellevaux: Éditions Dehors, 2019.

Leif Grünewald, analista, pós-doutorando em Psicologia Clínica (PUC-Rio), professor do departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

E-mail: leifgrunewald@gmail.com

Sobre a pesquisa em psicanálise – Por que as meninas se cortam? E os meninos?*

Dirce Ferreira da Cunha

Em um movimento de indagação do fazer do psicanalista, como ocorre nos casos das meninas que se cortam e dos meninos, propusemos a pesquisa, até agora, apenas com meninas que procuram a Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID) e que, nas entrevistas, declaram que se cortam. Estas são encaminhadas para os psicanalistas que se dispuseram a participar da pesquisa.

A metodologia científica em psicanálise confunde-se com a própria pesquisa, ou seja, a psicanálise é uma pesquisa. O que se faz quando se pretende fazer “pesquisa em psicanálise” e, mais especificamente, quando se está pesquisando com o método psicanalítico?

Freud considerava o trabalho com seus pacientes simultaneamente tarefa terapêutica e investigação científica. Entendeu que a clínica propiciava descobertas que não se restringiam àquele determinado paciente, mas que podiam ser integrados a uma teoria geral da psique, de seu funcionamento e seus transtornos. Diz-se que o analista pesquisa, com seu paciente, o significado inconsciente de seus silêncios, de suas palavras, fantasias, desejos e atitudes. De fato, procedemos assim, mas é preciso reconhecer que não é a isso que se refere a expressão “pesquisa científica” no comum das ciências.

No nosso campo, encontramos novos exemplos que confirmam a realidade global da psicanálise ou determinadas hipóteses que ela sustenta. De todo modo, em termos de pesquisa psicanalítica, convém lembrar que o investigador não pretende mais do que sua investigação permite. Quando investiga na clínica um fragmento de realidade, suas conclusões valem para o fragmento estudado. Isso já é bastante para tornar a atividade de pesquisa em psicanálise perfeitamente respeitável.

Usamos a lógica fálica que constitui a base da teoria do Édipo, defendida tanto por Freud quanto por Lacan, baseada no fato de que o pai ocupa um lugar simbólico, a partir do qual cabe-lhe regular as posições que a menina ou o menino ocuparão na família e na sociedade. No exercício dessa função simbólica, o pai deve instituir uma primeira separação entre a mãe e a criança na relação *feedback* que caracteriza os primeiros tempos

* Trabalho apresentado na Jornada Semestral da SPID, em março de 2022.

da vida da criança. Essa criança está no início totalmente submetida aos desígnios maternos. Assim, até o momento estrutural da castração, a evolução da criança de ambos os sexos é a mesma: porém, não o será depois.

Embora o registro pela intervenção simbólica do pai na relação mãe-criança deixe tanto na menina quanto no menino uma mesma marca – uma identificação viril com o pai –, o destino dessa marca não será o mesmo num e noutro caso. Para o menino, a identificação masculina recebida do pai é, em princípio, resolução de seu Édipo. Marca sua separação com a mãe. Não é o caso da menina, para quem a identificação masculina, embora necessária em termos estruturais, não resolve sua questão identificatória. Ela ainda terá a saída do Édipo... quando continuar a procurar sua identificação feminina. Esta só poderá encontrar junto à mãe, mulher como ela. O processo edípico, no caso da menina, deixa um resto, que a relança à mãe na busca de uma identificação.

No desenvolvimento teórico subsequente de Lacan acerca da sexualidade feminina, no qual situa a constituição da feminilidade “entre duas mães”, ao considerar a possibilidade de uma filha constituir sua feminilidade com inventividade e criação, se funda na mãe poder viver sua dupla condição de mãe e mulher.

Na pesquisa psicanalítica, o pesquisador ou a pesquisadora se utiliza metaforicamente de um caleidoscópio para pensar na questão que é objeto de investigação, iluminando ângulos até então não percebidos ou ignorados na escuta das sessões do processo psicanalítico. Então, através dos casos atendidos, levantamos considerações sobre o corte ser ou não ser sintoma, sobre o corte erotizado ou ser o corte um substituto.

Por exemplo, o caso trazido por uma analista da pesquisa. Trata-se de uma adolescente de 16 anos que se corta com a lâmina que tira do apontador. Na sessão, diz para a analista: “Eu fiz isso (aponta o corte)”. Dias depois, ao falar do relacionamento com um adolescente da mesma idade, que tenta um encontro sexual com ela, comenta, se afastando do contato: “Ele queria fazer aquilo”. Assim é percebida a conotação sexual dos cortes, não voltados para o adolescente, mas para a separação sempre adiada da menina e sua mãe. Agora, dirigidos à analista no campo transferencial, onde ambas estão implicadas. Esse mesmo caso teve outros episódios de cortes, como o que fez na rua e, ao ser percebida por policiais, foi conduzida a um hospital. A mãe foi chamada ao trabalho, mas a adolescente diz que não gostou da situação, porque as pessoas diziam: “Você é tão linda, pra que fazer isso?” Não se acha linda, prefere até usar máscara. São as várias mensagens encaminhadas à analista, no sentido do reconhecimento do desejo, mas sob forma ilegível.

Outro caso, uma pré-adolescente de 13 anos que traz para a analista: “Estava muito triste e me cortei. Não sei por que, mas fiquei muito aliviada. Minha mãe viu e ficou muito triste”. Ela foi adotada desde muito pequena de uma vizinha com quem não tem relacionamento. Diz: “Pareço muito com a mãe verdadeira (a mãe biológica), mas não quero falar com ela”. Conta que um adolescente vem a sua casa, se torna seu amigo e não é nada mais que seu primo pelo lado da mãe biológica. A mãe adotiva desconfia do rapaz e de que a pré-adolescente está gostando dele e proíbe a vinda dele à casa. A pré-adolescente diz: “Fiquei muito triste, depois me cortei, não foi bem por isso...” Para aliviar a angústia de separação do objeto que acredita ser capaz de proteger ou aliviar, ela se corta. Há uma dor maior que a do corte, esta dor substitui a outra. A dor é a provação da não diferenciação, reduz as tensões. Cortar para alguns não é sintoma. O corte não é estado doentio. O sintoma é involuntário, e o corte não. O sintoma é um mal-estar doloroso, sempre acompanhado da interpretação do paciente, isto é, as causas do mal-estar. Está na ordem do real, não pode falar. Trata-se da identificação mal definida ou incompleta.

Por último, um caso clínico de adulto, mulher de 26 anos e que foi apresentado num seminário, sendo que depois a analista veio a fazer parte do grupo de pesquisa. Fala importante, ao dizer que faz crochê: “Sinto

vontade de enfiar a agulha na perna e arrancar a pele.” É significativo quanto à automutilação. Tem nível superior, direção de teatro e faz curso de Moda. Não sabe nada de si, tem dificuldade de finalizar as atividades. Mãe idealizada, filha igual à mãe em diversas situações. Encontramos algumas justificativas nas relações pré-edípicas, chegando à “fantasia originária do masoquismo” apresentada por Anzieu (1989, p.46-47). O autor o faz pela representação: “1º) que uma mesma pele pertence à criança e a sua mãe; e 2º) que o processo de des-fusão e de acesso da criança à autonomia leva a uma ruptura e a um esfacelamento desta pele comum”. A separação da mãe é simbolizada pelo arrancar dessa pele comum, elementos de realidade, como a fala da paciente, dão crédito a essa representação fantasmática.

Essas são considerações que tanto se aplicam às meninas como aos meninos de vivências de situações arcaicas na primeira infância, um episódio de agressão física real a sua pele (intervenção cirúrgica superficial, dermatose, perda de pelos) e que se refere não ao eixo edípico, mas a um eixo narcísico (Castoriadis-Aulagnier, 1975), acontecimento que forneceu um material decisivo para a organização fantasmática (Anzieu, 1989). Esse Eu-pele pessoal é cimentado com uma pele materna simbólica para melhorar sua fragilidade, mas que, no futuro, terá que ser “arrancada” para restabelecer o Eu-pele da criança singular. Aqui queremos lembrar que não podemos desconsiderar as contribuições de vários autores e de outras tendências num campo tão fértil de hipóteses.

Finalizando: em princípio, as meninas se cortam mais que os meninos, levando-se em consideração a prática de nossos psicanalistas nos atendimentos específicos, em que a resposta que importa é produzida em estado nascente na fala do analisando. É o psicanalista que, na transferência, restabelece a comunicação não distorcida com o outro, chegando à fala do sujeito do inconsciente. São esses conteúdos selecionados e estudados na pesquisa psicanalítica na procura de respostas para as hipóteses levantadas.

Continuamos a pesquisa...

O ato de se cortar é claramente uma tentativa bem duvidosa de sentir a si mesmo, de voltar a produzir um sentimento para si mesmo. O corpo derrama lágrimas vermelhas. Sangro, logo sou. (Han, 2021)

Referências

- ANDRÉ, S. *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- ANZIEU, D. *O Eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.
- CASTORIADIS-AULAGNIER, P. *La Violence de L'interprétation*. Paris: P.U.F., 1975.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do ego (1921). In FREUD, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- FREUD, S. Sexualidade feminina (1931). In FREUD, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- HAN, B-C. *Capitalismo e impulso de morte*. Ensaaios e entrevistas. Petrópolis: Vozes, 2021.
- ZALCBERG.M. *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Dirce Ferreira da Cunha é psicanalista, membro titular da SPID. Didata no Instituto Brasileiro de Psicanálise, Dinâmica de Grupo e Psicodrama, Juiz de Fora. Mestre e doutora em Psicologia (UFRJ).
E-mail: dirce.fc@terra.com.br

O singular e o coletivo que nos habita: a busca de uma forma singular de existir

Solange Bluvol

Introdução

Neste artigo, são apresentados alguns estudiosos das etapas precoces do desenvolvimento na formação do psiquismo, que tinham em comum o grande interesse na dimensão corporal. As convergências, divergências e coincidências destes estudos proporcionaram uma reflexão sobre a ênfase do corpo como membrana permeável e como dispositivo no diálogo vivamente dinâmico do ambiente sensório-afetivo. A busca de uma forma singular de existir foi pensada a partir desses encontros, e a diferença em si, que habita cada um de nós, como potência de existência e transformação na psicanálise.

Pensando as inter-relações corporais nascidas do encontro com o Outro, os múltiplos atravessamentos das experiências afetivas, sensoriais e cognitivas, os objetos e o mundo afetando-se mutuamente na constituição da subjetividade no mundo contemporâneo, qual o lugar do corpo em psicanálise? Como problematizá-lo na clínica e na cultura em que vivemos? Qual é a interlocução possível com a filosofia?

Recorrendo-se a alguns pensadores e teóricos que embasarão essas reflexões, busca-se trazer novos ares para o devir singular de formas de subjetivação, possibilitando resistir a qualquer intervenção que queira silenciá-la, dogmatizá-la e, assim, ampliar a possibilidade da existência.

A problematização do sujeito no que tange aos assujeitamentos

Para o filósofo francês Michel Foucault, não há nenhuma essência a ser desvelada no homem. Nós nos produzimos e nos inventamos dentro da história, de forma contingente. Para ele, a ideia de um sujeito natural é falsa, não há sujeito universal, nem sujeito como uma essência pré-histórica ou a-histórica. Foucault pensa a problematização do sujeito no que tange aos assujeitamentos, levando-nos à reflexão de como os modos de subjetivação são produzidos por saberes institucionais. Saberes capazes de limitar e de fabricar indivíduos que funcionem na cultura da sujeição. A subjetividade como processo em movimento, como produtor e

produto de si mesmo, a individuação fazendo ressonâncias com o meio. Na prática psicanalítica, pode-se questionar qual o lugar do corpo e da sensorialidade na constituição do sujeito, investigar a sua singular trajetória, considerar as relações sensoriais como de fundamental importância para a formação dos vínculos e dos laços afetivos e sociais.

Um corpo investido pelo olhar do outro

Para Freud:

O próprio corpo de uma pessoa e, acima de tudo, a sua superfície, constitui um lugar de onde podem originar-se sensações tanto externas quanto internas. Ele é visto como qualquer outro objeto, mas, ao tato, produz duas espécies de sensações, uma das quais pode ser equivalente a uma percepção interna (FREUD, 1923, p. 39).

[...]

O ego consciente é primeiro e acima de tudo, um ego corporal” (p. 41).

O corpo para a psicanálise, inicialmente pensado por Freud, era um corpo de neurônios catexizados, ou seja, excitação e eliminação em busca de satisfação. Esse corpo passa a ser pensado, posteriormente, nos estudos sobre a histeria, não mais como um corpo somente fisiológico, e sim, como corpo erógeno/libidinal. O corpo para Freud é, portanto, um corpo investido pelo olhar do outro, daí tornar-se sexualizado, quando então, o eu/ego passa a ser objeto de amor e objeto das pulsões.

O corpo como portador das catástrofes evolutivas

Sándor Ferenczi, em seu célebre e importante livro *Thalassa*, propõe uma “biologia das profundezas” (FERENCZI, 1990, p.105), em que nos traz a ideia de que a ontogênese repete a filogênese. Sob essa ótica, compara as catástrofes a traumas geológicos, e os traumas, na memória somatopsíquica, a catástrofes pessoais. A catástrofe como uma ruptura súbita pode ser pensada como interface entre o coletivo e o individual, fundando, desorganizando e organizando. Seguindo esse pensamento pode-se pensar o corpo como portador das catástrofes evolutivas. O medo de desintegrar-se, portanto, é o medo do que houve somado ao medo da repetição. Uma questão: considerando que a vivência atualizada de alguma experiência passada fica inscrita no corpo, poderá essa inscrição deslocar-se para o discurso e ser passível de intervenção? Na transferência, essa possibilidade ganha potência.

O homem entre os corporais e os incorporais

Para Serge Leclaire,

o corpo erógeno constitui-se a partir do caráter fragmentário e não da totalidade corporal. A psicanálise é, entre outras coisas, uma experiência de pensar o homem entre os corporais e os incorporais, o infinito e o finito, o humano e o inumano. (LECLAIRE, 1992, p. 23)

Duas facetas da mesma realidade

Considerando o lugar do corpo na psicanálise uma interlocução com a cultura contemporânea, temos o pensamento do psicanalista húngaro Georg Groddeck, contemporâneo de Freud, em que não há duas realidades, uma psíquica e outra somática, e sim duas facetas da mesma realidade. Para esse autor, a psicanálise é concebida como teoria e prática vivas, ou seja, não engessadas em esquemas de pensamento ou ideologias.

Experiências primitivas não ficam perdidas

John Bowlby, psicanalista inglês, em 1950, foi convidado para assessorar a Organização Mundial de Saúde na área de saúde mental de crianças sem lar. Seu trabalho inspirou novos conceitos, novos métodos, uma nova forma de encarar os fenômenos básicos do desenvolvimento humano. Bowlby, assim como Freud, acredita que essas experiências primitivas não ficam perdidas. Tais experiências primitivas são de importância básica porque cada adaptação sucessiva é um produto tanto da situação nova como do desenvolvimento a partir daquele momento. O paradigma do apego (*attachment*) foi elaborado por ele a partir de estudos da etologia, da psicanálise, de teorias cognitivas e de outros campos do saber, que enfatizam as vitais relações humanas, a qualidade das adaptações primitivas, o apego, a separação, a perda e a conexão das experiências. Segundo esse paradigma, há uma dependência indissociável entre o encontro do bebê e seu cuidador primário. A partir desse encontro, no que diz respeito ao desenvolvimento afetivo-cognitivo, é que se constituem os laços sociais. O ponto central para a criança não é a quantidade de gratificação oral, mas sim uma globalidade de qualidade de cuidados. A disponibilidade e as respostas do ambiente é que vão proporcionando a formação da subjetividade (BOWLBY, 1982).

Afetos de vitalidade antes de ser um mundo de atos formais

Segundo os estudos de Daniel Stern, “do nascimento até os primeiros dois meses de idade, o bebê está em algum tipo de fase da vida pré-social, pré-cognitiva, pré-organizada” e “ativamente formando o senso de um eu emergente. É um senso de eu que permanecerá ativo pelo resto da vida” (STERN, 1992, p. 33-34). Segundo ele, o mundo vivenciado pelo bebê é primariamente o mundo de “afetos de vitalidade antes de ser um mundo de atos formais” (STERN, 1992, p. 50). Os afetos de vitalidade são qualidades da experiência em gerúndio: cres-

cendo, decrescendo, falhando, emergindo, criando, explodindo, etc. (explodindo, como exemplo, pode ser experimentado como um aumento de intensidade afetiva positiva ou negativa). Remetem-nos a um plano de experimentação pré-verbal e pré-egoico, onde não haveria, ainda, a qualificação da experiência em categorias. Esses afetos estão relacionados ao sentimento de continuidade desse ser. “O bebê experiencia ‘agonias primitivas’ sempre que ocorrem dissoluções temporárias e parciais do senso de eu nuclear (STERN, 1992, p. 181).

O espectro de mãe

René Roussillon, assim como Stern, questiona de que forma o bebê sintoniza com a mãe. Diz ele que o bebê percebe, desde o início da vida, o espectro de sua mãe. Há um verdadeiro balé de ajustamentos, gestos, mímicas e posturas entre a mãe e o bebê, que aos poucos constrói uma sintonia rítmica, sendo que o ritmo é o primeiro nível de organização de uma forma de temporalidade, a partir do qual torna-se possível uma certa previsibilidade da mãe e dos seus movimentos. O ritmo define uma sequência lógica, e assim permite antecipar um seguimento, observar uma regularidade e prever, de modo dedutivo, o movimento seguinte.

Essa dinâmica entre mãe e bebê forma o que ele chamou de “coreografia emocional”, feita de aproximações e distanciamentos, de encontros e desencontros, e que necessita de constantes ajustamentos. É nesta dança que os corpos em um processo relacional se deixam modificar em virtude da qualidade da experiência de compartilhamento afetivo. Nesse balé, estabelece-se a previsibilidade da mãe, a qual precisa estar em contato com seus movimentos para deixar-se perceber pelo bebê e propiciar a conexão. É a partir da antecipação dos movimentos, que a criança poderá dançar e sentir-se segura para a construção de uma subjetividade mais fortalecida.

Roussillon compara o encontro mãe-bebê com os duetos de jazz. É a partir do dueto que o ritmo vai sendo criado. Em “A intersubjetividade e a função mensageira da pulsão” (ROUSSILLON, 2011), apoia a importância da dimensão intersubjetiva da vida psíquica e propõe uma reflexão sobre a dimensão mensageira da pulsão e de suas formas de representação. “O corpo ‘diz’, encena, o que o sujeito não pode dizer, mas que poderia potencialmente dizer, o corpo metaforiza a cena” (ROUSSILLON, 2009, p.5). Ainda nos diz que o sujeito humano somente pode se constituir por meio da mediação de um outro sujeito. Relembra a importância de a mãe funcionar como espelho para que o bebê entre em contato com o seu próprio mundo afetivo.

As dobras do olhar

Geneviève Haag, psiquiatra e psicanalista francesa, vê, na dinâmica de dueto, o bebê não apenas como receptor desses ritmos, mas também como emissor. Seguindo esse pensamento, vê no ritmo a base da constituição subjetiva, e vê no sofrimento psíquico o desencontro nesse compasso. Impor ritmos, não respeitar o outro, não perceber o ritmo do encontro pode ter consequências catastróficas nessa construção do ego corporal, logo na constituição da subjetividade. Ela enfatiza as dobras do olhar, a interpenetração dos olhares e a função de objeto de fundo na comunicação “olho no olho” com a mãe. O olhar institui uma relação muito significativa do bebê com a mãe. Metaforicamente, essa forma de comunicação é como um mergulho nas profundezas de uma subjetividade nascente, e é nesse encontro que o bebê percebe uma presença atenta

a ele. É um enigma que ajuda a dar limite e sentido à corporeidade. Esse *loop* de retorno está na origem do sentimento de ser e é fundamental à sensorialidade. Esse olhar precisa ser envolvente, penetrante sem ser perfurante (FONTES, 2013).

O envelopamento

Didier Anzieu confirma a base sensorial e as funções da pele como barreira, filtro, e nesse sentido contribui para a tese do envelopamento protetivo. Esse autor assinala que, caso isso não ocorra, há o comprometimento na formação de um eu corporal, que fica fragilizado e, por conseguinte, o nascimento de um eu psíquico também. Pensando nos ritmos como a base da constituição subjetiva, alguns autores mais contemporâneos afirmam que há necessidade de um envelopamento do ambiente para manter a homeostase do bebê. A experiência da sensação da sensorialidade, em particular a superfície da pele, são os meios para a criação do sentido psíquico, para o surgimento inicial da experiência de uma primeira pele psíquica nas palavras de Anzieu (1989).

O corpo do bebê como resposta

Para Inês Catão (1996), o funcionamento psíquico e o corpo organizam-se concomitantemente, não há um sem o outro... A mãe empresta sentido ao que lê no corpo do bebê, e assim se inicia a instauração de um laço com o Outro primordial.

Cada pequeno momento do bebê é como um pequeno agora

Bebês são efetivamente capazes de conceber os ritmos dos movimentos ou percepções do outro. Bernard Golse, psiquiatra e psicanalista francês, fala da necessidade de construir um espaço de narrativa bidirecional nesse encontro do bebê com seus cuidadores para que possa Existir e não somente Ser. Para Ser, não se precisa do outro, mas, para Existir, necessita-se de uma construção mútua a dar narrativa que é o resultado de um processo dinâmico. Nesse encontro cogerido pelos dois, vai-se construindo uma história relacional. Lembre-se que, de fato, o passado organiza o presente, isto é óbvio e amplamente conhecido, porém, nosso presente também nos permite reler, reconstruir e retrodizer nosso passado que, uma vez remanejado, terá então um novo impacto sobre o nosso presente, e assim sucessivamente. Cada pequeno momento do bebê é como um pequeno agora, é um presente. A narrativa propicia pequenos momentos que criam uma historicidade a qual aponta na direção da construção de uma subjetividade singular. O que Golse nos transmite, a partir das ideias de W. R. Bion, é que cada um dos parceiros influencia o outro. É o que se chamou de transmissão psíquica intergeracional bidirecional. Como o nome sugere, é mútua e recíproca, mesmo sendo assimétrica. Ainda segundo Golse “é desse processo de narrativas, a partir das histórias que a mãe e o bebê contam é que vai nascer uma terceira que se enraíza na história que o adulto viveu e o que o bebê começa a viver” (GOLSE, 2019). Uma história que possa desde então funcionar como um espaço de liberdade. Esse espaço, como coautoria interativa que se fundamenta na transmissão em duas direções, dos adultos rumo ao bebê, mas também do bebê rumo aos adultos.

Caverna sensorial

Julia Kristeva, psicanalista búlgara (francesa por adoção), pensa a importância de reabilitar o corpo sensível. Em seu livro *Novas doenças da alma*, Kristeva escreve que o analista deve considerar a polifonia para escutar o discurso que lhe é endereçado em diversos níveis linguísticos e translinguísticos (voz, gestos, etc.) e observar qual deles faz sentido na transferência. Insiste no caminho da sensorialidade e reconhece que, na transferência, podem-se reatualizar os traumas psicossensoriais anteriores. Ela fala ainda que os doentes deste início de novo século mostram uma incapacidade de associar o corpo à palavra, assim como de nomear sensações.

Kristeva criou o conceito de “caverna sensorial”. É constituída das “representações coisa”, referem-se ao não cognitivo, desprovido de símbolos, o lugar do sensorial enquanto memória corporal, resquício de uma não diferenciação. São sensações vividas por cada pessoa de forma singular como experiência psíquica de todo sujeito (KRISTEVA, 2002).

O corpo como potência de criação: um devir corpo

Neste ponto, pensa-se cada indivíduo como potência de singularidade em sua diferença intrínseca. A psicanalista Suely Rolnik mergulha nessa direção. Segundo ela, o outro vive efetivamente em nosso corpo, por meio dos afetos, efeitos de sua presença em nós. Tais efeitos se dão no âmbito da condição de viventes que ambos compartilham, que faz deles um só corpo. Ao se introduzir em nosso corpo, as forças do mundo compõem-se com as forças que o animam e, nesse encontro, o fecundam (ROLNIK, 2018, p. 111).

Nunca somos totalmente individualizados, nunca nos completamos, e a vulnerabilidade é uma característica inescapável, e é também a possibilidade de desejar viver. Somos efeitos de discursos e de tecnologias abertas às configurações históricas. Só há vida comum porque há intersubjetividade corpórea. É no encontro com o outro que vamos nos constituindo. Existem modos de apreensão do mundo: um deles é o que permite a captação do fluxo de forças que atuam no mundo e que provocam vibrações e efeitos em nosso corpo. O outro modo de apreensão do mundo é uma presença viva feita de multiplicidade plástica de forças que pulsam em nossa textura sensível, parte de nós mesmos.

São experiências de subjetividade: conhecer o mundo como forma, o que convoca a percepção, e conhecer o mundo como força, que convoca a sensação. Seguindo Rolnik (2003, p. 4):

As sensações são a presença viva no corpo das forças de alteridade, presença que gera mundos larvares que pedem passagem, e que acabam levando necessariamente à falência as formas de existência vigente, o acesso ao corpo vibrátil é indispensável para que se inventem formas através das quais mundos larvares ganham corpo e a vida possa continuar fluindo. Formas por cuja afirmação a potência da resistência deverá lutar.

Na atualidade, há uma tendência à obstrução do acesso às sensações, interrompe-se o processo, provoca-se uma separação entre as potências de criação e de resistência, e as separa do objetivo para as quais elas são convocadas: a perseverança da vida.

Nosso corpo vibrátil possibilita que sejamos afetados por novos universos, através de um exercício intensivo do sensível, na relação com o mundo como campo de forças. Todavia, as formas atuais, exercícios empíricos do sensível, se constituem como um obstáculo para integrar as novas conexões que provocaram a emergência de novas sensibilidades, instaurando na subjetividade “uma crise que pressiona, causa assombro, dá vertigem. O assombro força a criar uma nova configuração da existência, uma nova figuração de si, do mundo e das relações entre ambos” (ROLNIK, 2003, p. 2).

Quanto mais nos aproximamos da nossa intensidade, mais nos aproximamos das nossas diferenças. Pensamos o corpo como uma experiência vivida em eterno devir, sempre em transformação, de acordo com os afetamentos do encontro com o mundo.

A sensação traz para a subjetividade a presença viva do outro, presença passível de expressão, mas não de representação. As múltiplas transformações moleculares que daí resultam vão se acumulando e acabam precipitando novas formas de sociedade. Uma obra aberta em processo cuja autoria é, portanto, necessariamente coletiva. Uma sociedade não fundada no individualismo, que rompa com estados anestesiados do corpo, estes em que o sujeito se coloca imune ao outro. Para Rolnik, o desejo é uma ética de afirmação da vida. O importante é mantê-lo fluindo em conformidade com a nossa criatividade num processo contínuo de diferenciação de formas e valores. O corpo e o desejo como devir!

O ser no gerúndio

Eduardo Rosenthal (2014), nos aponta que

o processo de subjetivação em psicanálise é um processo imanente cuja temporalidade é do gerúndio, mas não a do futuro. Neste contexto, a proposição utilizada quer privilegiar a diferença pura que, como já disse, afirma que somos mudança constante, processo necessariamente inacabado de subjetivação ou movimento constante de tornarmos subjetividade. “Tornar-se aquilo que se é” – intenciona aproximar-nos de uma concepção de subjetividade cuja instabilidade é sua própria estrutura (ROSENTHAL, 2014, p. 57).

Novas possibilidades de subjetivação

Os modos de subjetivação estão relacionados aos eventos em uma inter-relação corpo-afetiva com o mundo. Um jogo de forças porosas e constantes vai delineando uma forma de ser. Nossos corpos são habitados por um percurso filogenético que marca uma existência. O que vai nos definindo é a possibilidade de encontros que se inscrevem na existência pessoal de todos nós humanos, aumentando ou diminuindo nossa potência de agir. O corpo vibrátil, intensivo, tem o poder de transformação e de devir. É nos afetos de vitalidade que a potência de vida contamina os encontros. Nos primórdios da existência, vemos a dança, o compasso ou descompasso dos encontros, a linguagem simbólica vai se estabelecendo e o espaço sensorio-corporal vai sendo criado. Devemos estar atentos aos impactos que o corpo produz como forma de criação, acolher inclusive seu sofrimento.

A psicanálise contemporânea deve estar atenta aos processos de resistência e às formas de existir com as potencialidades de criar. É no mútuo encontro do analista com seu analisando que são produzidas novas formas de estar. A relação de forças em uma família é a própria inauguração das singularidades. O sintoma aqui é visto como resistência e como criação. As resistências criam caminhos e podem se transformar em desejos.

A experiência analítica deve ser avaliada pelo seu aspecto revolucionário, desafiador, indicada para mudar uma forma de pensar e um atuar submetido a uma tradição. Acreditamos pertinente pensar o setting analítico como dispositivo produtor de subjetividades produzidas pelos afetamentos (discursos nas relações de forças). Propomos reflexão sobre a subjetivação como busca e como produto de jogos de verdade contingentes e históricos.

A nossa história é feita de continuidades e descontinuidades, e é nesse processo que vamos construindo uma ética nos encontros de corpos. É importante pensar uma interlocução da prática psicanalítica com outros campos de saber, dialogar sempre com a cultura e a sociedade, e acolher as diferenças como fontes de criação e como novas possibilidades de subjetivação.

Conclusão

O nascimento não é necessariamente o primeiro capítulo de uma vida. A origem fica esfumada, por mais que tentemos capturá-la. Escapa na infinita história transgeracional e intergeracional. O que se apresenta é o corpo psíquico em sua subjetividade, a transformar-se na contingência dos eventos, a sofrer atualizações de qualidade e intensidade, a ser marcado por encontros com o outro. Trata-se do sensorio-corporal, esse algo individual no coletivo que possibilita ser e estar. O ambiente proporciona uma trama absolutamente singular, e quanto menos intrusivo, mais favorável ao que é genuíno.

Pode-se pensar a permeabilidade das interações, as tecituras resultantes das ressonâncias entre gestos, vozes, contatos de pele, olhares, pactos, impactos, colorações sem fim. Estamos falando das diferenças em si mesmas, construções tricotadas com o espanto da imprevisibilidade, um jogo sem competição e sem regras, quase invenções do existir.

Referências

- ANZIEU, D. *O eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.
- BOWLBY, J. *Formação e rompimento os laços afetivos*. Tradução Alvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- CATÃO, I. Corpo como resposta a invocação da mãe. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*. Salvador: Fiocruz, 1996.
- FERENCZI, S. *Thalassa, ensaio sobre a teoria da genitalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FONTES, I. *Psicanálise do sensível – fundamentos e clínica*. São Paulo: Ideias e Letras, 2013.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução Roberto Machado. 6 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

- FREUD, S. O ego e o id. *Obras Completas*. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- GOLSE, B. O que o bebê transmite aos adultos – O conceito de transmissão psíquica ascendente. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 41 – Transmissão tempo, história, 2019.
- KRISTEVA, J. *As novas doenças da alma*. Tradução Joana Angélica D'Avila Melo. Rio de Janeiro, Rocco, 2002.
- LECLAIRE, S. *O corpo erógeno*. São Paulo: Escuta, 1992.
- ROLNIK, S. *Fale com ele ou como tratar o corpo vibrátil em coma*. Conferência proferida no simpósio, Corpo, Arte e Clínica. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- ROLNIK, S. *Esferas da insurreição*. Notas para uma vida não cafetinada. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018.
- ROSENTHAL, E. *O ser no gerúndio – corpo e sensibilidade na psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2014.
- ROUSSILLON, R. Corpo e atos mensageiros nas problemáticas narcísico-identitárias. Porto Alegre: *Revista SPPA*, v. 16, n. 1, p.143-165, abr., 2009.
- ROUSSILLON, R. Intersubjetividade e a função mensageira da pulsão. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 45, n. 3 p. 159-166, 2011.

Solange Bluvol é psicanalista, membro associado da SPID; pós-graduada em Terapia de Família no Núcleo-Pesquisa RJ, com especialização em Saúde Mental pelo IPUB – Instituto de Psiquiatria (UFRJ).
E-mail: bluv971@gmail.com

Estilo versus Pejorativismo (Psicanálise, Cinema e Poesia)

Bruno Campos

A insistente tendência humana ao maniqueísmo cria um efeito de “metástase” na capacidade de perceber de forma aberta a diferença. Criar um espaço interno capaz de receber a diferença, num tempo muito anterior às positivações e negativizações, pressuporia uma diferenciação de si.

O intervalo entre a percepção e a valoração carece de provocações a fim de ser alargado, povoado, habitado. A obra de arte poderia, aqui, produzir um efeito de interessante perturbação na tendência à pressa de “compreender e concluir” (tal como colocado por Lacan em seus *Escritos*). A disruptiva afetação da arte permitiria ao “instante de ver” um desdobramento em perplexidade, com duração estendida, suportada.

O cinema de Wim Wenders, por exemplo, oferece esse espaço alargado, planos de silêncios ou sonoridades de fundo. Exemplo disso é a cena de “Estrela Solitária”, em que o protagonista, um pai ausente, vive uma noite inteira de sonhos, pensamentos e alucinações, enquanto a câmera o circunda sentado num sofá quebrado em meio ao “lixo” jogado pelo filho. Wenders dejeta o personagem, provocando um espaço de projeção ao espectador, onde este pode receber e sentir essa emoção-dejeto até sua ultimidade. Ao ser entrevistado em “Janela da Alma” (Brasil, 2002), Wenders explica que a maioria dos filmes apresenta imagens emendadas, não disponibilizando esse intervalo à existência em imersão por parte do público.

Esse questionamento é brilhantemente discutido no texto *O Estranho* (obra-prima freudiana). Ao comentar um conto de Hoffmann (*O Homem de Areia*), Freud analisa estranhamentos principalmente enquanto “secretamente familiares”. Essa interpretação é fundamental para inibir a tentação onipotente de considerarmos uma “abertura ao novo” em estado de pureza. (Lacan talvez nomeasse isto de *delírio de autonomia*.) A conexão com alguma familiaridade seria, portanto, condição de possibilidade para qualquer contato com a diferença.

Tomando essas questões como pontos de partida, chegamos ao filme “Nome Próprio”, de Murilo Salles. Leandra Leal (ótima no papel) vive uma escritora de moradia supostamente errante. A cada novo apartamento, repete algumas atitudes específicas: anda nua pela casa, escreve nas paredes, bebe bastante, transa supostamente de forma promíscua, se complica para pagar o aluguel até ter que sair.

Em várias exibições, o filme provocou intensas afetações, desde conversas revelando incômodos em voz alta, até saídas muito antes do final. Muitos viram a protagonista como uma pessoa “perdida, desvinculada, desregrada, descontrolada”. Um dejetivo humano, errante, nômade.

Se articulássemos o filme a certas partes da obra de Bukowski, ou à de Baudelaire, poderíamos talvez discutir a potência subversiva da indignação, ou até sua estetização glamourizada.

A proposta, aqui, no entanto, endereça-se à pejorativização do nomadismo da personagem de Murilo Salles. O *in-cômodo* causado por seu modo de vida, muito antes de ser apenas opinião, revela, talvez, uma *a-versão* prévia em espectadores não necessariamente considerados “típicos moralistas”, ou qualquer estereótipo de “indisponibilidade ao novo”. Daí um dos vários motivos para considerarmos o filme uma obra de arte com especial capacidade de alargar ou de estreitar o espaço entre o instante de receber/ver/perceber, e os tempos de compreender e concluir/valorar. Nesse sentido, tanto alargar quanto estreitar esse intervalo seriam a mesma afetação. O que diferiria, aqui, seria o potencial de suportabilidade ante a perplexidade.

Seguramente, o alargamento, como dito anteriormente, não deveria ser idealizado. Isto pois a proximidade à estranheza (Real) não é passível de se manter “desencapada”. Ao se abrir espaço ao “novo”, cedo ou tarde o sujeito o incorpora, o apadrinha, acomodando o novo morador.

Em “Nome Próprio”, a personagem poderia ser vista em grande potência se pensássemos um “nomadismo enquanto residência fixa”, nada deixando a dever à capacidade de sedimentação ou de vinculação. Portanto, a qualidade de nomadismo não precisaria ser pejorativizada, tampouco glamourizada (enquanto antiestagnação).

Chegando então à questão-título, uma das interpretações possíveis quanto à repulsa causada pela personagem trazida por Murilo Salles, diria respeito às inúmeras barreiras que dificultam o acesso à “simples possibilidade” de olhar para seu modo de vida como um estilo. Se o nomadismo puder também ser visto como “não sintomático em si”, se as marcas que a protagonista deixa nas paredes dos apartamentos e as marcas que carrega em seu corpo puderem ser dignificadas ao nosso olhar, e se, sobretudo, suportarmos por algum tempo a mais a Real angústia e a perplexidade diante da diferença, talvez possamos libertar a personagem do estereótipo de perda, e recebê-la com o *status* de Um Nome Próprio. *Des-perdidos*, talvez, ficássemos nós.

Alguns outros filmes de referência são “Só Dez por Cento é Mentira – A Desbiografia Oficial de Manoel de Barros”; “Dzi Croquettes”; e “Moscou”.

Referências

- BAUDELAIRE, C. Espanquemos os pobres. In: BAUDELAIRE, C. *Pequenos poemas em prosa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BUKOWSKI, C. *Factotum*. Rio de Janeiro: L&PM Editores, 2007.
- FREUD, S. O estranho (1919). In: FREUD, S. *Obras Completas*, v. XVII. Edição Standard Brasileira. Imago, Rio de Janeiro, 1969.
- KANT, I. A paz perpétua: um projeto filosófico. In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

LACAN, J. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. *In: LACAN, J. Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *In: LACAN, J. Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

Bruno Campos é psicanalista, professor e membro titular da SPID, autor de artigos sobre psicanálise e arte.

“Coringa”, A Sátira do Riso Livre

Bruno Campos

Para além do personagem antagonista do Batman, Coringa é José da Silva, ou seja, qualquer um. Alguém tão comum, que chega a não existir. O sistema o apagou, e ninguém se lembra dele. Viveu “preso do lado de fora”, como diria Solal Rabinovitch (psicanalista lacaniana), foracluído do sistema, algo que se tornou seu único “crachá” (“Perdão, eu rio fora de hora.”), seu sobrenome-do-pai, uma suplência de inclusão na ordem social.

De tanta opressão subjetiva, de tanto ser espremido, nasce o Coringa.

A figura do anti-herói seria uma “acne do sistema”, um efeito da tentativa de eliminação do mundano. De tanto dessubjetivar José, só restaria Ninguém.

A construção de um Coringa a partir de um Zé Ninguém é um dos maiores brilhantismos do roteiro deste filme.

À “desentificação” reage à “entificação”, isto é, a pulsão de morte – “pulsão por excelência”, segundo Lacan –, exige trabalho subjetivo. A esta exigência, nasce o Coringa enquanto resistência (no sentido de força, como propõe o filósofo Foucault).

A afirmação do Coringa não é apenas contra a opressão das autoridades, ou de uma casta burguesa. A luta é contra qualquer repugnância à diferença, como na cena do ônibus, em que o protagonista é desqualificado por uma senhora negra aparentemente de classe baixa que “protegia” seu filho da estranheza, feia como tudo aquilo que não é espelho.

Coringa entra, então, pelo furo/buraco do sistema, provocando efeito crescente, assim como o vírus que enfrentamos em tempos de pandemia. “Suja a canastra” (como o curinga do baralho), mas “bate” no sistema e “pega o morto”, ou seja, reúne todas as cartas abandonadas do baralho e pode virar o jogo a seu favor.

O poder vigente agora teme a horda dos José Ninguém. A cidade é temporariamente tomada (mas não controlada, pois há desordem e não uma nova ordem), o caos se espalha como um grande bug.

O emblema do “sorriso fora de hora” agora representa o sorriso demoníaco, o fantasma da desordem da vida cotidiana, o fantasma do riso livre.

Adaptando do filósofo Kierkegaard (em *Diário de um sedutor*), o maior presente que se pode oferecer a alguém é o seu próprio constrangimento. Este é o presente de grego do Coringa à sociedade.

No filme “Em Busca da Terra do Nunca”, o autor criativo percebe que a única forma de inserir uma nova linguagem teatral em um sistema viciado seria colocar “uma criança a cada dez assentos” na noite de estreia. Sua proposta é exatamente um efeito disruptivo na repugnância à diferença. O horror à mudança talvez cedesse, fraquejasse ante a liberdade de uma criança.

Nessa história de Peter Pan, a ternura incita a revolução; já no “Coringa”, é a agressividade, a sátira perversa (no sentido psicanalítico, não enquanto maldade) que faz o mesmo papel.

Os ratos de Gotham City saem dos esgotos, rebelando-se contra a morte induzida por Cloroquina. O grito desesperado é por dignidade humana, por legitimar sua existência, seu direito a habitar a Terra sem pudor. Sem licença, eles vão à luta. Luta inglória, êxito fugaz. “Vitória de Pirro”? Não. A vitória aqui tem um efeito maior. Efeito de redenção. “Efeito de sujeito”, como sustenta o psicanalista Contardo Calligaris em uma pensabilidade lacaniana. Nesse ponto, talvez repouse o cerne da revolução do Coringa: a redenção do efeito de sujeito. O instante épico está muito além da vitória num sentido estrito. O triunfo aqui tem efeito subjetivante, deixa resíduo eterno. Mais do que mártires sociais, os Coringas naquela noite obtiveram uma identidade própria, no sentido mais íntimo do termo. Asseguraram um lugar subjetivo, não passível de expropriação. Dali, ninguém mais os tira. Estão, enfim, presos do lado de dentro.

Bruno Campos é psicanalista, professor e membro titular da SPID, autor de artigos sobre psicanálise e arte.

III. A Clínica Ressignificada

Supervisão psicanalítica hoje

Ary Band

Não se preocupe com a busca da felicidade e sim com a felicidade da busca.
(Peter Chelsom, cineasta inglês, no filme “Hector e a Procura da Felicidade”)

1) Buscar sentido

Para poder descrever e valorizar meu estilo de supervisionar, necessito indicar a visão que tenho do lugar ocupado pelo analista em seu trabalho. Para isto, preciso explicitar o conceito de campo transferencial, que fundamenta esta visão, indicando então como é o campo psicanalítico que o incorpora, e quais as transformações vividas pelos objetivos da clínica freudiana ao longo de sua obra.

Aqui relembro, sucintamente, conceitos e ideias que Freud vai desenvolvendo ao longo dos anos:

- a transferência como falsa conexão
- a fé, a confiança, que o paciente deve ter no médico
- a interpretação como ideia antecipatória consciente
- a descoberta da contratransferência como obstáculo e a consequente recomendação de autoanálise
- a insistência no não estabelecimento de regras técnicas
- a escolha da transferência como campo de luta analítica
- a valorização da singularidade, do estilo do analista
- a atenção flutuante do analista como contrapartida da livre associação do analisando
- a proposição de neutralidade para o analista
- o amor de transferência
- a abstinência como postura básica do analista
- a recomendação de que o analista não se encarregue de sínteses e sim somente de análises, e a ideia consequente de que o analista não interfere com a realidade da vida do analisando, ou seja, o analista não se arvora em modelo de referência para o analisando, ou ainda, o analista não tenta ensinar o analisando a viver
- a sugestão de que o analista não se ofereça como modelo a ser seguido
- a lembrança de que o analista não é passivo
- o surgimento da noção de construção
- a necessidade primordial de o analista se analisar

Com isso, o campo de trabalho da psicanálise mostra ter como características que o singularizam, em resumo:

- seu método é o da livre associação-atenção flutuante
- sua postura básica é a da abstinência
- seu campo específico de ação é o da transferência, em sua trama inconsciente
- seus instrumentos próprios são principalmente a interpretação e a construção
- o ponto de partida inevitável é a análise pessoal do analista

Tanto a interpretação quanto a construção referem-se à busca de inscrição no campo simbólico, a primeira de algo que já aí se inscrevera e a segunda de algo que jamais o fez. Na interpretação, tenta-se encontrar significações perdidas pela ação poderosa do recalque; na construção, persegue-se preencher lacunas sempre existentes na história do sujeito, cuja presença é assinalada pela compulsão à repetição. Ambas, portanto, buscam sentido. E o buscam pela imposição que a isto leva o destino da pulsão, força exigente e transbordante que obriga à inscrição no mundo da palavra. É a possibilidade de crescimento de investimento neste mundo simbólico que pode realizar as transformações que a psicanálise almeja, através de seus instrumentos.

Os significados procurados vão permitindo que isto se passe, desde que não sejam considerados fixos, ou seja, desde que não se trate de uma hermenêutica; busca-se a busca e não o achado. É o movimento, a pulsação, que se tenta valorizar. O que o analista propicia ao analisando, através basicamente da insistência no trabalho interpretativo e construtivo, é a capacidade de estruturar sentidos para os seus enigmas existenciais. É o alargamento permanente do acesso ao simbólico que se procura, no contexto das forças transferenciais transformadoras.

O trajeto do conceito de transferência vai de sua expressão como resistência até sua descoberta como conceito clínico fundamental, chegando à contratransferência, com caminho parecido, mas desembocando e desaparecendo em rio mais caudaloso, o do campo transferencial.

Cabe aqui lembrar um pouco da história da ascensão e queda da contratransferência, este conceito tão importante para o desenvolvimento da clínica psicanalítica:

- Em 1910, para dar conta das emoções vividas pelo analista em seu trabalho, Freud criou o conceito, mas como obstáculo a ser imediatamente removido, através do que chamou de autoanálise.
- Em 1948 e 1949, respectivamente Hacker e Heinman deram à contratransferência o mesmo status de importância clínica que a transferência, tornando este par indissolúvel neste contexto.
- Em 1950, Lacan considerou a contratransferência como sendo uma impropriedade conceitual, já que dar dois nomes diferentes para o que se passa neste encontro significaria que se trataria de dois seres diferentes; os dois estariam, disse ele, transferindo igualmente, numa trama inconsciente que os abrangia e a que denominou de campo transferencial.

Tem-se então um campo de trabalho dramático, o campo transferencial, que abrange ambos os personagens da cena analítica, mas que é instaurado, em função de o método ser o da livre associação, pelo analisando.

2) O lugar do analista

O lugar ocupado pelo analista evolui bastante com Freud. Ele caminha de um observador externo que elucida os sintomas racionalmente, para a transferência, que propicia ao analisando a visão do analista como alguém que tudo sabe e pode; este se utiliza disto para favorecer o florescimento dos desejos do analisando, ao mesmo tempo que se abstém dos seus.

Com a criação do Instituto Psicanalítico de Berlim, em 1920, a medicina impôs a manutenção de seu modelo, que se espalhou pelas regras de funcionamento da instituição, retardando, por exemplo, por mais alguns anos, a obrigatoriedade da análise pessoal para os futuros analistas, obrigatoriedade esta exaustivamente enfatizada por Freud desde 1910 e que somente em 1925 foi adotada. Lá se formavam analistas obedientes e conformados, sem espírito crítico.

Freud realmente queria que a psicanálise fosse sólida e firme, mas sem perder seu movimento, sua dinâmica, sem se paralisar nas certezas fixadoras e impeditivas desse movimento.

É apoiado justamente na necessidade da dúvida, da investigação, que se estrutura o lugar de analista aqui enfocado. Espera-se que o analisando não pare de se movimentar psiquicamente; para isto, questiona-se incessantemente suas certezas, buscando sentido; busca-se sentido permanentemente, mas jamais para encontrar, sempre para buscar.

Preocupado em propiciar espaço ao analisando para se colocar o mais singularmente possível, Freud propunha que o analista se apresentasse neutramente.

Lacan, preocupado em neutralizar o imaginário do analista, recomendou que o analista se dessubjetivasse, mantendo-se isento de emoções. Mas ele o fez de forma calculada, de modo a poder, quando assim considerasse estrategicamente necessário, mostrar-se vacilante em sua neutralidade, para preservar para o analisando a dimensão imaginária do não-domínio. Trata-se de uma proposta de oscilação: o analista ora seria morto ora desejanste.

Questionando a possibilidade de alguém decidir não se apresentar como sujeito, e ressaltando a importância, para o processo analítico, do acesso aos afetos do analista, indico como diferença entre essa visão e a que aqui se coloca, o fato de que aquela se mostra tendo de recorrer a uma atitude fiscalizadora.

Mas é na Análise Terminável e Interminável que Freud estabelece a forma mais adequada para o analista poder ajudar a quem o procura: o analista, diz ele, tenta ajudar o analisando a se interessar pela investigação de seu funcionamento inconsciente; é isto que muda, que transforma. Acrescento: é isto que alarga, que faz com que o analisando possa progressivamente conscientizar-se de seu funcionamento inconsciente, passando a tomar decisões que lhe sejam mais adequadas.

3) Regras

Parece-me importante o permanente questionamento a qualquer tendência a instituir regras. Mesmo o corte lacaniano, um instrumento libertário no que se refere ao aprisionamento do horário da sessão, fixo e sem parâmetros situacionais, pode acabar sendo utilizado de forma automática, obrigatória e exclusiva, porque “é assim que faz o analista”.

A existência de regras levaria a psicanálise a ser um trabalho apriorístico, onde se determinaria previamente o que deve ser feito. Sem regras, o trabalho fica feito a posteriori, isto é, num momento posterior aos acontecimentos, dá-se significado às estruturas em ação no campo de trabalho. O analista não precisa tomar a determinação de se isentar emocionalmente, já que os próprios princípios norteadores do processo analítico podem levá-lo a perceber que este papel está acontecendo, o que é diferente de dever acontecer. Freud dizia que a única regra da psicanálise é a regra fundamental, a livre associação. Isto pode ser visto como se estar considerando apenas o método, a maneira como se joga o jogo da psicanálise e não como uma regra.

Ao longo da busca de sentido aqui proposta, o que é buscado é a busca e não o sentido. Ela permite movimento, pulsação, se estiver dirigida, pelos instrumentos utilizados pelo analista, para estruturas psíquicas compatíveis com a história do analisando. É ampliação do campo simbólico que se quer; que o analisando descubra a satisfação de pulsar e de poder inserir as pulsações num mundo significativo, de modo a ter vida produtiva e prazerosa, desde que seja reconhecido e acompanhado em seu ritmo.

Esta busca contínua remete todos os acontecimentos, inclusive os afetos do analista, ao campo transferencial, o que permite menor influência do inconsciente do analista, sem autovigilâncias nem regras.

4) Supervisionar

Em 1902, através de reuniões que começaram na casa de Freud, deu-se o primeiro passo para a vida institucional da psicanálise, como embrião de sociedades psicanalíticas que depois proliferaram. Em 1907, em Zurich, houve a estreia de um ensino e prática clínica institucionalizados. Neste começo, lia-se e estudava-se quase que exclusivamente as ideias freudianas, com ênfase ainda bem pequena nas situações clínicas.

Foi na década de 1920 que surgiram, quase concomitantemente:

- a transformação das sociedades em institutos, que, além do atendimento público, também passaram a oferecer formação psicanalítica,
- a obrigatoriedade da análise pessoal para o futuro analista, e
- a implantação do dispositivo de “controle” da sua prática clínica.

Mesmo considerando que, desde 1883, quando Breuer e Freud se encontraram em torno do caso de Anna O, já se poderia falar de Freud como incipiente aconselhador ou controlador, é no Instituto Psicanalítico de Berlim que se institucionalizou o controle, com as finalidades de aprimorar a “técnica” dos iniciantes e, ao mesmo tempo, fiscalizá-los para poder evitar o que chamaram de “psicanálise selvagem”. Foi um surgimento em estilo pedagógico, hierarquizado, normativo e submetedor. Tornando-se etapa obrigatória da transmissão psicanalítica institucionalizada, o controle não deixou, porém, de também atender às demandas dos futuros analistas de buscar verificação para suas atividades clínicas e reconhecimento da capacidade de serem analistas.

O vocábulo utilizado, controle, era bem adequado ao sistema de homologação que descrevia.

A insatisfação com o termo inaugural levou a muitas tentativas de substituí-lo: analista em controle, analista controlador e análise de controle, autocontrole, experiência inter-analítica, comunicação oral da experiência analítica, supervisão, analista-supervisor, analista em supervisão, análise de supervisão, tratamento supervisionado, laterovisão, escuta de controle, escuta assistida, segunda escuta, escuta da escuta, escuta de uma escuta alunos-analistas, auditor-interventor.

Prefiro manter aqui, apesar da insatisfação, o vocábulo “supervisão”, já instituído em meu percurso, o que é maneira cômoda de caracterizar a dificuldade de encontrar nome sintético que represente o que aí se faz.

São várias as posições a respeito da supervisão: necessária, obrigatória, indiferente, desnecessária, perigosa, impostura, demanda disfarçada de análise, útil quando houver dificuldades, útil quando se a quer, interessante.

O que se depreende é que ela existe e é buscada, o que faz com que deva ser investigada, questionada, descrita e operacionalizada, se possível. É verdade que pouco se fez, ao longo da história da psicanálise, para tentar

teorizá-la, inclusive no que se refere à ocupação do lugar de supervisor, já que não existem muitos cursos de preparação para supervisor; parece um contrassenso que um lugar tão importante, a ponto de ser incluído no tripé de formação psicanalítica, seja tão malcuidado.

É um paradoxo que talvez aponte para a liberdade da postura básica da psicanálise, sem regras nem sistematizações, apenas o método. Isto nos permite substituir a questão da necessidade ou não da supervisão por sua singularização: o supervisando escolhe quem e quando quiser e o supervisor trabalha com o estilo que prefere, desde que o defenda e justifique como pertencente ao campo próprio da psicanálise.

Valabrega propõe a substituição da supervisão pelo que denomina de análise quarta, uma tentativa de aperfeiçoamento, a posteriori, da análise pessoal do analista, resultando numa espécie de quase absolutismo da análise pessoal do analista no que se refere ao seu processo de constituição.

Desde a década de 1920 que isto era visado, na medida em que os analistas húngaros, Ferenczi à frente, propugnavam que se fizesse o controle no âmbito da análise pessoal do analista, na análise chamada didática, por tratar-se, na verdade, diziam, de uma demanda de análise da contratransferência. Realmente, o trabalho de investigação do funcionamento inconsciente do analista é próprio da análise, e não de nenhuma outra forma de inserção no campo da psicanálise, abrangendo quaisquer temas livremente associados. Para manter, entretanto, a primazia que o analisando tem no trabalho clínico, além de evitar o monolitismo que a análise pessoal teria com a proposta húngara, parece razoável colocar a supervisão externamente ao processo que o analista vive em sua análise pessoal. Em outras palavras, a narrativa que o analista faz de sua atuação clínica, é tratada diferentemente se é feita em sua análise pessoal ou se é feita em sua supervisão externa à análise; na primeira, o sujeito analista é que está em questão, e na segunda é a ocupação de um lugar que se elabora, o lugar do analista, tendo sempre o analisando como protagonista.

Na vida institucional da psicanálise, como visto acima, a supervisão ocupou inicialmente um lugar regulamentador, tutelador e infantilizador, de vigilância e de controle do que se considerava eficiência analítica. Obrigatoriedade e pedagogia em lugar do desejo; autorização e homologação ao invés de reconhecimento. É uma tradição que tornou o trabalho de supervisão aconselhador, esclarecedor, modelador e, portanto, apriorístico, com muito pouco espaço para investigação e criação, já que é baseado na procura da coisa certa a fazer.

A figura sem par assumida por Freud no início da história da psicanálise talvez tenha a ver com esta tendência. Sendo responsável pela geração da *horda psicanalítica*, ele se via tendo de exercer o papel de guru interventor, numa atitude hierarquizante que talvez tivesse sido absolutamente indispensável, naquele início, para garantir a sobrevivência e a estruturação do novo método. Os rascunhos das primeiras reuniões psicanalíticas, as Minutas da Sociedade Psicanalítica de Viena, informalmente societárias, apresentam seu trabalho de transmissão com grande amplitude de temas e formas, em apoio ao desenvolvimento e elaboração da incipiente psicanálise. Freud ensinava, teorizava a clínica, limitava excessos interpretativos, exigia seriedade, requeria permanente aprofundamento, inibia reflexões apressadas, alertava para possíveis enganos, controlava e liderava, acalmava ânimos, apontava o essencial e evitava o supérfluo, contava fragmentos de seus atendimentos como exemplos, incentivava os que iniciavam, elogiava, censurava, enganava-se, revelava seus fracassos, propiciava espaço para a palavra de todos. Se lembrarmos que estas reuniões deram partida ao movimento psicanalítico que se difundiu, não seria difícil considerar que ficou como modelo este início estruturado em torno da firme busca de manutenção de sua criação.

Por outro lado, isto serve de indício para a existência de um lugar ético, não mais em função de uma hierarquia necessária inicialmente, mas sim em termos de uma abertura que pudesse dar conta, de forma diferenciada e típica de um campo psicanalítico, do que se considerasse importante abordar, em referência aos acontecimentos clínicos. A este lugar, poderíamos chamar de supervisão.

É uma tentativa neste sentido que passo a descrever, justificar e comentar.

No início do século, Freud em algum momento considerou não acreditar que quem procura ajuda para seu sofrimento, possa dizer algo que não tenha a ver com este sofrimento. Esta reflexão permitiu-lhe abandonar todos os métodos sugestivos até então empregados, para ficar com o método da livre associação, dela decorrente.

Ao se estabelecer um campo psíquico entre analisando e analista, o método em uso, a livre associação, faz com que se possa atribuir ao analisando a prerrogativa de instaurá-lo. Isto quer dizer que, pelo fato de o analista aguardar que o analisando traga para este encontro aquilo que puder, este campo inicia sua estruturação com base no sofrimento que aflige o analisando e nas expectativas que traz, ou seja, em sua história.

Isto faz com que este encontro, que tem como veículo de circulação a transferência, seja inconscientemente organizado por um campo transferencial, campo este marcado por ter sido instaurado pelo analisando, embora seja estabelecido e estruturado pela relação entre este e o analista, e por este seja conduzido.

O trabalho de supervisão em pauta, busca investigar permanentemente este campo transferencial, através da figura do supervisando-analista, que, ao dele falar, arrasta-o para o âmbito da supervisão, que fica então abrangida pela sua estrutura. E isto ocorre porque a escuta da escuta que na supervisão se processa, tem também as características do método da livre associação.

Aos acontecimentos narrados pelo supervisando, e aos que se passam neste contexto de segunda escuta, se tenta dar significações no sentido de reconhecer como se estrutura o campo transferencial de analisando-analista. Trata-se de uma investigação permanente e a posteriori, que, acredito, vai permitir estabelecer e restabelecer, sempre provisoriamente, a estruturação da teia inconsciente própria do campo, com a sua paulatina ordenação representativa, e caracterizando a inscrição no registro do simbólico.

Desta forma, não há necessidade de exigir atitudes corretas nem de oferecer conselhos prévios; tudo, incluindo-se aí os afetos do analista, as possíveis demandas disfarçadas de análise e as transferências na supervisão, pode ser imputado ao campo transferencial de analisando e analista, na expectativa de ser suficiente esta atitude de busca permanente, para que nele se façam transformações. Tal como na análise, na supervisão, o analisando é também sempre referência única, aqui através do campo transferencial que seu analista carrega e invoca. E, tal como na análise, onde analisando e analista assim permanecem enquanto suportarem, na supervisão, supervisando e supervisor mantêm-se ocupando estes lugares enquanto os suportarem.

A supervisão assim descrita não somente não impede, como incentiva o ecletismo em seu trabalho, pois questionamentos teóricos e culturais, quaisquer que sejam, se associados forem à investigação direta sobre o que se passa na sessão analítica, têm contribuição importante a prestar.

Alguns autores se esmeram na tentativa de diferenciar análise e supervisão, preocupados com uma possível “supervisão selvagem”. Creio que não há necessidade disto; se as autorreferências porventura suscitadas na supervisão, forem tratadas como manifestações inconscientes do âmbito do campo transferencial, supervi-

são e análise não se confundem. Estas autorreferências indicam que o analista está amplamente envolvido com seu trabalho analítico mais que nunca ocupando seu lugar de analista.

A atitude de vigilância pode ser substituída então por um estilo de trabalho que dificulte a mistura pelo seu próprio método, de modo a que a diferenciação se faça por positivities e não por negatividades do tipo “supervisão não é análise”.

Pode-se ressaltar a pergunta: por que não há muitos esforços para sistematizar tanto uma teoria da supervisão quanto a formação de supervisores?

A ausência de esforços para sistematizar o conceito de supervisão talvez indique um desejo de liberdade que dificulta sua institucionalização, na medida em que ali seria o lugar do ecletismo, o que é tão bem indicado pelas minutas das primeiras reuniões em torno de Freud; por aí atinge-se estruturação, mas não por institucionalização e sim pela singularização de estilos de trabalho, desde que justificados como pertencentes ao campo psicanalítico.

Em relação às funções atribuídas à supervisão, também com base em escritos de diversos autores, são várias as possibilidades:

- fazer parte do processo de transmissão da psicanálise;
- ajudar a tornar disponível a capacidade de construir;
- transportar o que o supervisando traz como erros para o campo da investigação;
- ajudar a encontrar estilo próprio para o supervisor;
- ajudar a desenvolver conhecimentos teóricos que permitam a compreensão dos eventos clínicos;
- permitir escapar da solidão do analista;
- despertar interesse pelo inusitado;
- ajudar a preparar para enfrentar feridas narcísicas;
- testemunhar a existência de um analista.

Aqui não se propõe, para a supervisão, nenhuma nova teoria, nenhuma lei que a organize, nenhum rito de passagem que a legitime. Indica-se apenas mais uma possibilidade de trabalho psicanalítico, reconhecível pelo método da psicanálise, a livre associação.

Se suportado, o estilo aqui descrito permite que se testemunhe a prática de uma supervisão psicanalítica singular.

Ary Band é psicanalista, membro titular da SPID.

A quem se destinam as palavras na clínica psicanalítica?

Ninfa Parreiras

A poesia, cujo material é a linguagem, talvez seja a mais humana e a menos mundana das artes, aquela cujo produto final permanece mais próximo do pensamento que o inspirou. A durabilidade de um poema é produzida por meio da condensação, de modo que é como se a linguagem falada com extrema densidade de concentração fosse poética por si mesma.

(Arendt, 2016, p. 211)

O que podem as palavras? As palavras podem representar, podem dispersar, podem agregar. Mais que tudo, buscamos as palavras não-ditas. As não-palavras. E o destino dessas palavras? São andarilhas?

Vamos com o pensador italiano Giorgio Agamben, no texto “A quem se destinam as palavras”:

Já foi dito, nesse sentido, que poetas e filósofos sempre falaram em nome de um povo ausente. Ausente no sentido da falta, de algo que foi perdido e, portanto, de alguma forma que ainda estava presente. (tradução livre da autora)

Se trazemos essa reflexão sobre a palavra, a falta, o destinatário, para a nossa clínica, podemos pensar: Um analisante falaria em nome de uma falta? De um afeto-faltante? Algo que estava, mas não estava lá (verbalmente). Algo inominável? Para quem fala o analisante? E o analista? A quê ou a quem se destinam as palavras na clínica?

A palavra se destinaria a um não-lugar. O que se escuta não é palavra em si, mas o que ela pode (ou não) representar. O que se vê são letras em movimentos silenciosos, ruidosos, com cheiros de fragmentadas lembranças. Aos poucos, uma análise pode elucidar letras, sons, palavras, frases, narrativas. Pode transformar coisas desconhecidas, a não-palavra em palavra. Nem sempre, precisamos mesmo da materialização da palavra. Podemos ter a linguagem não verbal. Os ronrones, os grunhidos, as conversas entreolhos, os piscares.

E mais adiante no texto citado, Agamben afirma sobre os tempos contemporâneos:

A palavra deve agora lidar com a ausência de um destinatário que não é episódico, mas constitutivo, por assim dizer. É sem destinatário, ou seja, sem destino. (tradução livre da autora)

Para onde vão as palavras sem destino? O analista seria um escutador-não destinatário? Como fica o manejo desse não destino? Como ser e não ser um destinatário?

Com a psicanálise, a partir da leitura de Freud trazida por Lacan, percebemos que, através da linguagem, o inconsciente passa. Por ele, atravessam palavras ditas e não-ditas. O inconsciente não pode ser entendido como um objeto ou um fato orgânico. Ele está na superfície – estruturado como uma linguagem – pela metáfora (condensação) e pela metonímia (deslocamento). Ele não se manifesta racional nem linearmente. Chega por meio de figuras de linguagem. Assusta e surpreende. Desconcerta, subverte e faz nascer algo novo, mas velho, ao mesmo tempo. Novo no sentido da ressignificação. Velho no sentido da arqueologia.

Se entendemos que o inconsciente passa, isso pressupõe a presença do Outro como lugar de endereçamento da mensagem. Não há inconsciente sem Outro: o inconsciente é o discurso de Outra cena. Não que o inconsciente seja a condição da linguagem, mas que a linguagem seja a condição do inconsciente.

A descoberta do inconsciente foi possível graças à percepção de Freud de que, ao subverter a clínica médica, faria uma escuta daquilo que as pacientes histéricas tinham a dizer sobre seus sintomas. Com isso, abriam-se as portas para que o desejo pudesse aparecer. A palavra seria, assim, reveladora. Testemunha de material não conhecido. Insubordinada, ela pode escapar sem controle. Ele pode dizer não dizendo e desdizer. Dança de palavras. Catarse de afetos.

Diga algo mais sobre isso! poderia ser o imperativo da psicanálise que provoca a livre associação. Deixar fluir pensamentos, sensações, lembranças, sonhos, fragmentações, não-palavras, não-ditos. É um convite à transmissão que nós, analistas, provocamos ao analisante: *fale mais, fale melhor, fale outra vez, lembre outra cena, conte de novo aquela história, deixe vir a narrativa, conte mais sobre isso... Deixe o tecido entrelaçar coisas esquisitas. Deixe chegar o estranho, o desconexo, o nonsense, o disparate, a poesia, as onomatopéias. Deixe a criança balbuciar e falar, como num processo regressivo. Deixe o bebê engatinhar nas palavras.*

É justamente nos tropeços que “algo” da verdade do sujeito passa, através ou apesar da enunciação. No tropeço, no erro, ou seja: nos atos falhos, nos lapsos, nos esquecimentos, nos sintomas que incomodam, nos sonhos desconcertantes e em tudo aquilo que Freud chamava de formações do inconsciente. Nos tropeços dos não-ditos, dos subentendidos, das não-palavras, do estranho. Tropeçar é preciso, falar não é preciso. A palavra espirra mesmo que o analisante não fale. Ela soluça, chora, pede letras. Ela transpira, arranha. Deixa pegadas, fios sutis que nos conduzem a um tecido analítico na escuta.

Em psicanálise, de nada vale um sintoma, um sonho, um ato – inclusive falho – se não passar pelo desfile dos significantes. O sintoma, nesse sentido, só é formação do inconsciente se puder ser visto como uma mensagem dirigida ao Outro. O inconsciente é sempre uma hipótese a ser testada, sob transferência, no artifício do dispositivo analítico. Isso não quer dizer que o inconsciente seja inefável ou intransmissível. Ele passa, atravessa, é errante.

Contextualizá-lo no âmbito da linguagem pode possibilitar a formalização de sua lógica peculiar. Isso amplia a exigência em relação àqueles que o experimentam. A partir daí, devem dar as provas de sua existência.

A psicanálise seria, desse modo, uma experiência de transmissão, na qual o sujeito, ao supor carregar sua herança simbólica, como enviado do Outro, vai aos poucos escrever sua própria mensagem, ainda que de forma invertida ou subvertida. E os analistas seriam artesãos da palavra, manejando-a de modo a ampliar e a complexificar o seu uso comunicativo. Compreendem-na não em sua função concreta, mas retomam-na em sua função metafórica, criativa e transformadora do ser. Freud caracterizou a psicanálise como uma cura pela palavra. Podemos falar do analista como aquele que vai poetar. Aquele que vai construir narrativas. Aquele que engatinha e rasteja, de passagem.

A psicanálise se utiliza inicialmente da fala livre e solta que chamamos de livre associação de ideias. O sujeito em análise no setting analítico vai construir uma passagem ou uma possibilidade de travessia para a linguagem do seu inconsciente, como um universo único de desejos, de lembranças esquecidas e sem linguagem. A análise seria um espaço para reconstrução e ressignificação dos traumas e desejos.

Por sua vez, entendemos a análise como uma desconstrução. De convicções, de preconceitos, de superstições, de pensares que afetam o sentir do sujeito em sua vida pessoal, familiar, social, profissional.

Aprendemos com a pensadora Hanna Arendt que uma dor pode ser tolerada se houver uma história contada sobre ela. Sigamos, com as histórias que nos são contadas, desconexas, confusas, paradoxais. A poesia da clínica.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. A quem se destina a palavra? (tradução livre de Ninfa Parreiras). Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-a-chi-si-rivolge-la-parola> Acesso em: set. 2022.

ARENDDT, Hanna. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

Ninfa Parreiras é psicanalista, membro titular da SPID, escritora e professora de literatura.
E-mail: ninfaparreiras@gmail.com

A clínica psicanalítica do autismo: um ensaio a partir da revisão de literatura

Marcos da Silva Andrade

1 – Introdução: o Outro e o desejo

Há um momento da vida em que o ser está se constituindo como sujeito. Nesse primeiro momento, o ser estabelece uma relação dual com o Outro, que podemos chamar de função materna. É desse Outro que recebemos o necessário para sobreviver, como alimento, vestimenta e abrigo. É a partir dessa relação com o Outro – a função materna – que recebemos as primeiras palavras, mas ainda não somos capazes de atribuir significados a elas, ou seja, junto com os primeiros significantes, recebemos os significados que o Outro atribuiu, que, nessa etapa, são recebidos como enigmas.

Na relação com seus primeiros cuidadores, como consequência dos investimentos afetivos, a criança erotiza, de maneira inconsciente, certas partes do seu corpo que foram privilegiadas nessa relação, por exemplo, na alimentação, na excreção, na higiene pessoal ou na vestimenta. Tais partes do corpo serão a base do sintoma do sujeito, ou seja, serão partes do corpo onde o sintoma vai se fixar. O sintoma é reatualizado, na vida do sujeito, em suas relações posteriores, porque os investimentos afetivos na relação com o Outro são experimentados inconscientemente como repetições de suas relações primordiais.

Podemos entender o sintoma como resposta do corpo ao investimento afetivo do Outro. A criança recebe estimulações sensoriais de todo tipo, auditivas, visuais, táteis, olfativas e gustativas, que, neste primeiro momento de sua vida, são desprovidas de um sentido que não seja o sentido que o Outro lhe atribui e que é recebido pela criança como um mistério, pois ainda não é capaz de nomeá-las.

Na relação dual – entre o infante e a função materna –, o ser é um ainda um não-sujeito, um objeto do desejo daquele ou daqueles que se colocam na função materna. Ou seja, o bebê é o infante ou aquele que ainda não fala. Ele é o objeto de desejo da “mãe” (entre aspas, pois estamos falando da função materna e não literalmente da mãe). O desejo é o investimento afetivo. No caso, o investimento afetivo se refere aos primeiros cuidados dispensados à criança, que a introduzem na vida sexual, porque há, mesmo que a “mãe” não se dê conta, uma erotização dessa relação, que é percebida sensorialmente pelo infante, que, por sua vez, se satisfaz em ser o objeto de desejo da “mãe”. Contudo, para que a entrada no mundo da lin-

guagem seja completada, é preciso que antes haja uma interdição dessa relação quase simbiótica entre o infante e a “mãe”.

Freud, ao fazer referência ao mito de Édipo, chamou esse processo de castração ou proibição do incesto. A criança não pode se constituir como o falo da “mãe”. É como se fosse um segundo parto. A criança percebe que ela não é o único objeto de desejo da “mãe”. É o momento quando a criança percebe que seu ser – ou o seu corpo – possui limites e um é ser desejante (não possui tudo, sempre há algo que falta), separado do Outro ser desejante que ocupa o lugar da função materna. Havia até então uma ilusão de que o ser fazia parte do todo (fusão entre a “mãe” e o infante) e que, portanto, a existência bastava em si, não demandando nada do Outro. A partir dessa defusão, a criança descobre que a “mãe” é o não-eu, ou seja, outro ser desejante. Essa “mãe” é aquela (ou aquele) que vai e vem em busca dos objetos do seu desejo. Esse Outro parte e, eventualmente, retorna.

No senso comum, a memória representa simplesmente o conjunto de lembranças de experiências vividas. O analista, contudo, terá especial interesse no inconsciente, cuja gênese é anterior à constituição da fala. Os acontecimentos anteriores à constituição da fala deixam marcas no ser que retornam à memória de maneira enigmática, impedindo-o que possua um conhecimento pleno sobre si mesmo.

É impossível lembrar-se das marcas originais, porque o bebê, antes da fala, não é capaz de simbolizar, por meio da linguagem, as cenas advindas das interações estabelecidas com aqueles com quem tinha proximidade. Às memórias originais juntam-se a tudo aquilo que não pode ser suportado pelo ser e que, portanto, precisa ser esquecido. Contudo, o que é esquecido não é apagado, e os traços dessas marcas reaparecem, no presente, na forma de atos falhos, chistes e sonhos.

Antes de “Além do princípio do prazer”, publicado originalmente em 1920, as observações clínicas levaram Freud a concluir que o funcionamento psíquico se regulava por buscar o prazer e evitar o desprazer. Contudo, a partir de 1920, Freud apresenta suas conclusões para além do princípio do prazer, a fim de dar conta de fenômenos como a compulsão à repetição, o prazer de sofrer (masoquismo) e o prazer de fazer sofrer (sadismo).

Para Freud, haveria um conflito fundamental entre pulsão de vida e pulsão de morte, apresentado no referido artigo de 1920. O conflito pulsional, contudo, tem um caráter dissimulatório para a consciência. As pulsões de vida e de morte não podem ser tomadas isoladamente. Todavia, na repetição compulsiva, a pulsão de morte prevalece sobre a pulsão de vida. A pulsão de morte é o motor da repetição compulsiva. A repetição compulsiva faz o eu sofrer e, ao mesmo tempo, alivia o isso. No novo modelo pulsional de Freud, a compulsão à repetição já não era mais apenas a busca inconsciente por reproduzir o momento de satisfação de uma necessidade, pois o conflito pulsional também pode levar uma pessoa a repetir no presente uma situação penosa e perturbadora decorrente de uma fantasia fundamental.

A repetição compulsiva, geralmente, não acontece na forma de uma recordação de um evento do passado. A repetição compulsiva é uma série criativa de atos destrutivos. Se por um lado, a repetição compulsiva remete a uma fantasia fundamental, por outro lado, essa repetição sempre assume novos disfarces. Repetir no presente não é reproduzir de forma idêntica um acontecimento do passado. Nunca um ato é exatamente igual ao outro, ocultando ao eu a sua origem e dificultando o reconhecimento pela consciência dos elementos repetitivos presentes nos atos destrutivos. Por isso, a compulsão à repetição é uma atualização, no presente, da fantasia fundamental.

A análise permite que, por meio da transferência, o sujeito construa uma narrativa acerca de si mesmo, uma gramática do seu desejo, uma vez que as marcas originais deixadas no inconsciente não podem ser, de fato, desveladas. Tal narrativa possibilita que o sujeito modifique a sua relação com o sintoma. A narrativa pode ocupar o lugar do sintoma, sem, contudo, resolver o enigma acerca do próprio sujeito, porque a verdade original sempre estará escondida de nós mesmos. É um enigma indecifrável.

Cabe ao analista, no manejo da transferência, domar o ímpeto do isso de repetir compulsiva e criativamente a fantasia fundamental, a fim de interromper a série de atos autodestrutivos, que, apesar do sofrimento obviamente implicado, têm também um caráter aditivo.

O alívio da descarga pulsional torna o sujeito viciado em seu sofrimento e, por isso, ele tem grande dificuldade para libertar-se por si próprio. Estabelecida uma relação de confiança entre analista e analisante, o *setting* analítico pode se tornar um ambiente seguro para que a cena da fantasia fundamental seja reinterpretada e ressignificada. Ao atravessar sua fantasia fundamental, as defesas do eu são remanejadas, de modo que a sua relação entre prazer e desprazer seja modificada.

A transferência no processo de análise, uma vez estabelecida uma relação de confiança entre analista e analisante, pode ser uma arena em que as resistências do analisante sejam enfraquecidas sem que o eu perca a sua coesão. Se, por um lado, a pulsão de morte conduz ao esfacelamento do ser, a pulsão de vida dilata os seus limites.

2 – A relação com o Outro na estrutura autística

Refletir sobre a clínica do autismo é pensar nas possibilidades de subjetivação a partir do desejo do analisando. Logo, é importante afirmar de antemão que o destino de alguém diagnosticado como autista não está selado e que o entorno tem grande importância no seu devir.

Somos seres de linguagem e dependemos do amparo do Outro, porque os instintos humanos são sempre insuficientes. Fomos convocados à existência pelo desejo do Outro e somos movidos por nossas pulsões. Antes mesmo de sermos concebidos, muitas palavras são ditas para expressar expectativas que recaem sobre nós. É na relação com o Outro que o circuito pulsional se instaura. Não dispomos de bússola ou GPS que aponte a direção correta para cada um dos nossos desejos. A priori, nascemos sem limites estabelecidos e dependemos do Outro para alargá-los. O desejo dirigido ao Outro suscita múltiplas mensagens emitidas na vã tentativa de recapturar o objeto que falta.

No processo primordial de erotização, o Outro instaura no sujeito o desejo. O Outro deixa um resíduo de si, um aperitivo, que nos impulsiona a buscar no mundo externo, fora das bordas do ser, aquilo que falta, porque um aperitivo apenas não basta.

A estrutura autística, por sua vez, se caracteriza pela seguinte particularidade: não há desejo orientado pela falta. O retraimento autístico é autoerótico, pois recusa o gozo ao Outro.

Emitir um som endereçado ao Outro pode ser tomado pelo imaginário autístico como um ato de violência contra o próprio emissor, uma automutilação, uma perda real e irreparável de uma parte do próprio corpo, que não corresponde à anatomia, pois se trata do corpo erógeno.

Como vimos anteriormente, no primeiro momento de sua vida, o bebê não é capaz de prover sentido para os estímulos que afetam o seu corpo. Os sentidos são atribuídos pelo Outro primordial, que nos inscreve num lugar imaginário de pertença. O nome próprio é o significante que inscreve o sujeito primordialmente nesse lugar. O nome é endereçado ao bebê pela voz do Outro para que ocupe um lugar no campo da linguagem, sempre na relação com outros significantes (“mamãe”, “papai”, “mamã”, “bercinho” etc.). É esperado que o bebê erotize a relação com o Outro primordial, ou seja, que estabeleça, de alguma forma, uma reciprocidade pré-simbólica com o Outro, respondendo-O, por exemplo, por meio de balbucios, gestos e olhares.

A estrutura autística se caracteriza, já nos primeiros meses de vida, por uma resposta precária à evocação do Outro primordial. Isso repercute tanto no bebê quanto em seus cuidadores, pois o primeiro enlaçamento é um movimento de ouvir (ativo), ouvir-se (reflexivo) e se fazer ouvir (passivo). O bebê humano necessita igualmente de leite e deleite. A protolinguagem desafetada, sem engajamento na sua enunciação, pode ser recebida pelo Outro como tediosa, maçante. Os primeiros cuidadores podem perder seu engajamento após sucessivas tentativas fracassadas de inscrever o bebê no intercâmbio de afetos.

Os desencontros afetivos entre o bebê e seus cuidadores desregulam a economia de gozo, agravando o quadro autístico. Em busca de uma resposta satisfatória por parte do bebê, seus primeiros cuidadores, muitas vezes, alternam entre momentos de excesso e escassez em seu investimento afetivo. Há bebês que ativamente evitam olhar para seus cuidadores primordiais (mãe, pai etc.), que, por sua vez, buscam atrair com suas vozes a atenção do bebê. A voz e o olhar são formas fundamentais de o Outro se fazer presente e podem ser tomados como demasiados, intrusivos. Na subjetividade autística, a presença do Outro representa sempre um excesso.

Desviar-se do olhar do Outro, ensurdecer à voz do Outro, emudecer a própria voz e até mesmo tampar os ouvidos com as mãos são recursos de defesa do repertório autístico. Não permitir que o Outro o invada, nem ceder ao Outro uma parte do seu ser. A linguagem se utiliza dos olhos, ouvidos e aparelho fonador para se estabelecer. No autismo, a penetração da linguagem por tais orifícios é um trauma constituinte de caráter psicosssexual.

O enlaçamento primordial precário levará a um empobrecimento na constituição da linguagem, pois a instauração do desejo é fundamental para estabelecer a congruência entre emoções e pensamentos, abrindo os caminhos para advir a polissemia na linguagem. Quando as emoções e os pensamentos são incongruentes, as palavras tornam-se intrusivas. Estão dissociadas de afetos. Foram programadas e podem ser acessadas por meio da memória, como um banco de dados. Palavras são carregadas por imagens e por afetos.

Por um lado, a memória pode ser muito potencializada quando as palavras estão precariamente afetadas por emoções. Contudo, a linguagem não é objetiva. É polissêmica. É cheia de sutilezas. Depender prioritariamente do par palavra e imagem para compreender os signos compartilhados cria dificuldades, ao longo da vida, para o estabelecimento dos laços sociais.

A linguagem desafetada e a reclusão das emoções são características da estrutura autística. A função conotativa da linguagem encontra-se apartada. É um dispositivo para apagar o sujeito da enunciação, de recusar o endereçamento das palavras ao Outro. Ao Outro, é interdito o acesso às emoções daquele que enuncia. O ideal autístico seria reduzir a língua a um código sem qualquer ambivalência.

3 – Considerações finais: a singularidade e o papel do analista na clínica do autismo

O sujeito na estrutura autística necessita de elementos concretos, uma vez que a via do simbólico encontra-se obstruída. O gozo não é regulado pela linguagem, portanto, as percepções sensíveis carecem de outro enquadramento para estruturá-las.

Na estrutura autística, uma borda é formada para proteger da imprevisibilidade do Outro o seu mundo controlado e seguro. A borda autística, contudo, é permeável a partir de alguns poros, que permitem, de forma peculiar, o esvaziamento do gozo excessivo.

O laço social pode ser estabelecido por meio de diferentes modalidades de poros, que são denominados como duplos, objetos autísticos e ilhas de competência, que são formas de o analisando expressar a sua singularidade, que apontam para as suas paixões, seus tesouros muitas vezes escondidos. Representam os desejos e são o alvo de seu excepcional interesse.

O duplo imaginário é uma espécie de eu suplementar, com o qual faz uma identificação compensatória e que recebe uma procuração para mediar a relação com o mundo externo, servindo de anteparo para o gozo invasivo do Outro. A enunciação, muitas vezes, é transferida para o duplo autístico, que promove um deslocamento do real em direção ao imaginário. O duplo pode, inclusive, permitir ao sujeito ter maior contato com suas próprias emoções, pois fornece modelos identificatórios para desenvolver estratégias com o objetivo de lidar com situações angustiantes. Desse modo, o duplo alivia a ansiedade diante das demandas do Outro. As identificações miméticas fazem do duplo autístico um ponto de ancoragem e estabilização. O analista, em parceria com o analisante, pode contribuir para que o analisante se aproprie de certos traços do duplo imaginário ao reconhecê-las como suas, caminhando em direção ao pertencimento ao mundo das trocas simbólicas, dos afetos compartilhados.

Já o objeto autístico funciona como um órgão suplementar, uma extensão do corpo fisiológico. Podemos afirmar que o objeto autístico faz parte do seu corpo erógeno. Em vez de tentar removê-los, pais, clínicos e outros cuidadores poderiam tentar ampliar as possibilidades de interesse a partir do desejo relacionado aos objetos autísticos.

O analista pode considerar o papel que os objetos de desejo do analisante geram uma ativação da dinâmica pulsional do sujeito, ainda que seja precária, mas que pode ser fundamental para mantê-lo no laço social. Retirá-los abruptamente seria algo de extrema violência. Antes, porém, é necessário considerá-los no processo analítico, pois, ainda que por vias indiretas, podem ser importantes vetores de subjetivação, de abertura às relações desejantes.

Na ilha de competência, o principal recurso mobilizado é a sua memória. A ilha de competência é o domínio de uma área de conhecimento escolhida pelo próprio sujeito, correlata ao seu desejo, no qual demonstra grande aptidão.

Não cabe ao analista atender às demandas por felicidade, mas perseguir o desejo do analisante, pois a subjetividade reside no reconhecimento de sua singularidade. Logo, o manejo clínico passa pelo estabelecimento de uma parceria entre o analista e o analisante que propicie meios para advir a subjetividade a partir do

desejo do analisante, considerando que cabe ao analisante ocupar o lugar de protagonista e, ao analista, o papel de coadjuvante.

Podemos afirmar que todo sujeito é responsável por seu desejo e possui um saber único e fundamental sobre si. Portanto, cabe ao analista interessar-se sobre esse saber. O analista coopera, na clínica do autismo, a partir de uma presença dócil, de intervenções que não sejam demasiadamente invasivas, com as soluções singulares que o próprio analisante elabora a partir do seu desejo.

Bibliografia

- BIALER, M. Algumas estratégias de (auto)tratamento do autista. *Estilos da Clínica*, v. 19, n. 1, p. 150-162, 2014.
- BIALER, M. A importância clínica do duplo autístico e das ilhas de competência no (auto)tratamento no espectro autístico. *Percurso*, ano XXVIII, n. 54, 2015.
- BIALER, M. O apoio no duplo autístico na construção do imaginário no autismo. *Estilos da Clínica*, v. 20, n. 1, p. 92-105, 2015.
- CATÃO, I. Quando a língua materna é estrangeira. *Autismo. Revista da Escola Letra Freudiana*, ano XXXVI, n. 50. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.
- FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LACAN, J. *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- LACAN, J. *O Seminário: livro 7, a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- LAURENT, E. *A batalha do autismo: Da clínica à política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MALEVAL, J. C. *O autista e a sua voz*. São Paulo: Blucher, 2017.
- MALEVAL, J. C. Da estrutura autista. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, v. XIII, n. 26, p. 4-38, 2018.
- MALEVAL, J. C. Quem é o mestre do objeto confiado ao autista? *Revista Lacuna*, n. 9, 2020.
- NASIO, J. *A fantasia: O prazer de ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- NASIO, J. *Por que repetimos os mesmos erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- VIVES, J.-M.; CATÃO, I. Sobre a escolha do sujeito autista: voz e autismo. *Estudos de Psicanálise*, n. 36, p. 83-92, 2011.
- VIVES, J.-M.; ORRADO, I. *Autismo e mediação: Bricolar uma solução para cada um*. São Paulo: Aller, 2021.

Marcos da Silva Andrade é especialista em Teoria Psicanalítica (USU) e mestre em Educação (UERJ).
E-mail: araiznorio@gmail.com.

Um testemunho do trabalho psicanalítico

Leandro Rafael Ferreira dos Santos

Aos meus pacientes, que me ensinam coisas para além dos livros de psicanálise.

Este trabalho é uma versão adaptada do texto que apresentei como requisito para a passagem a membro psicanalista titular da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID). A proposta desta comunicação é apresentar o percurso de travessia de uma análise que foi conduzida por mim. A possibilidade de trazer à luz essas considerações – e de compartilhá-la com os meus colegas e pares – se mostra como uma experiência fundamental em meu processo de formação contínua em psicanálise.

Gostaria de destacar as dificuldades em trazer, a público, fragmentos de um caso de análise. Para além de questões éticas, referidas ao resguardo do sigilo da identidade do caso, penso que a transmissão de uma experiência analítica não se faz sem a difícil tarefa de rompimento de uma certa “bolha de proteção” que resguarda o mais íntimo de nosso espírito. Para mim, realizar essa passagem tem o sentido de aceitar e acolher genuinamente os meus êxitos e as minhas limitações, fazendo dessas últimas não obstáculo, mas sim a base e o motor para a construção do que se pode denominar como um estilo pessoal de analisar.

O caso escolhido para ser apresentado é o de um jovem adulto que procurou análise por conta de um forte sentimento de tristeza e com grave risco de suicídio. Decidi escolher esse caso por conta de encontrar nele elementos que me fizeram atravessar de forma profunda o real sentido da análise como uma ação transformadora. Nesse sentido, pude ratificar a crença de que a análise é capaz de transformar os modos como um sujeito (analisando e analista) se relaciona consigo próprio, com seus desejos e com o mundo que o cerca.

O caso B.

Como sinalizado acima, o caso que será apresentado é de um homem de cerca de trinta anos que denominei de B. Para resguardar o sigilo da identidade do paciente algumas informações do caso serão omitidas e outras ligeiramente modificadas. B. é um homem solteiro que tinha acabado de finalizar a faculdade de medicina quando iniciou sua análise comigo. Na ocasião estava sofrendo de um profundo sentimento de

tristeza que assolava de forma avassaladora o seu espírito. Tal sentimento o fazia experimentar um forte sentimento de perda de sentido da vida, de modo que cogitara, seriamente, dar termo à sua vida.

Nas entrevistas iniciais, B. apresentou discurso bastante articulado, uma rica bagagem cultural e boa capacidade de observação de sua própria condição emocional. Por conta disso, pensei se tratar de um caso com bom prognóstico para uma análise. No entanto, ao final das entrevistas iniciais, permaneceu em mim uma sensação estranha de que algo muito importante da vida do paciente não havia sido dito. Fiquei com a intrigante sensação de que algo de uma ordem sinistra se presentificava “ao lado” das associações livres de B. Apesar de me dar conta deste sinistro estranhamento, pouco compreendi o que ele poderia me dizer inicialmente. Tomei nota deste incômodo e segui ouvindo B. em suas associações. Minha aposta era de que em algum momento esse estranhamento ganharia um contorno.

Enquanto B. me relatava os detalhes de sua carreira profissional, algo inusitado aconteceu na sessão de análise. A janela de meu consultório, que fica de frente para a minha poltrona, era voltada para uma paisagem com um pequeno morro, bastante arborizado. Nesse dia estava fazendo sol e ventava de modo que as árvores se movimentavam de forma sincronizada. Alguns pássaros batiam em revoada nesta paisagem. Durante a sessão me vi admirando o movimento de tal paisagem pela janela, sem me dar conta de que havia “abandonado” B. na sessão. Quando observei o que estava se passando, voltei a prestar atenção no discurso de B. Senti-me constrangido por não ter a mínima ideia do que meu paciente estava falando. Sabia que ele havia tocado no tema de sua carreira médica, mas não tinha a menor ideia de como esse assunto se deslocara para o tema que ele estava abordando no momento. B. relatava a sua intensa dificuldade de estacionar seu carro nos arredores do prédio no qual ficava meu consultório.

Quando retornei minha atenção para o que B. falava, vi de forma vívida a imagem de meu paciente caído ao chão, morto. Tal imagem me causou uma sensação sinistra de terror, sensação que me bloqueou e que não me permitiu elaborar um pensamento sequer. Permaneci em silêncio até o fim da sessão, assustado com a imagem que acabara de ver. Tinha a esperança de que uma mínima compreensão do que se formou em minha mente pudesse advir em meu espírito. Apostei que algo de uma ordem muito primitiva estava ali se mostrando com a intensidade brutal de uma experiência de morte. Mantive-me discreto acerca do que senti, pois ainda me sentia muito afetado pelo que ocorrera na sessão.

Em outra sessão, diante da repetição intrigante de alguns elementos, pontuei que tinha a sensação de que ele estava me contando coisas que portavam uma carga afetiva muito assustadora. Disse-lhe que parecia que algo muito violento estava se apresentando no relato dele. Talvez algo que pudesse estar, em alguma medida, morto ou se remetesse à morte. Permanecemos em silêncio por um longo período depois dessa intervenção. Durante o silêncio, refleti se deveria ter sido mais parcimonioso com minha intervenção. B. me questionou os motivos de eu ter pensado desta maneira. Questionou o que me fazia pensar que algo de morte estaria presente no que me dizia. Respondi que não sabia exatamente o que me fizera pensar nesta direção, mas julgava que deveríamos pesquisar juntos o que o havia me feito pensar e sentir de tal maneira.

As sessões seguintes foram dedicadas ao tema de sua tristeza e seus pensamentos suicidas. B. relatou que sempre se entendeu como uma pessoa triste e que apesar de ir ao psiquiatra por alguns anos nunca sentiu uma efetiva melhora em seu estado de humor. Lembra-se que sua mãe lhe contava a história das dificuldades do momento do nascimento dele. B. nasceu com problemas graves de saúde e ficou entre a vida e a morte em suas primeiras semanas de vida. Tratava-se de um tipo de intolerância à proteína do leite materno que fora difícil de ser diagnosticada. B. acha estranho que o leite, que deveria alimentá-lo e fazê-lo viver, pudesse ser

a fonte tóxica de um veneno mortal. Sua mãe lhe contava essas histórias com um ar fantástico, como se fosse uma verdadeira história de conto de fadas.

Por conta da gravidade de sua situação clínica ao nascer, os médicos que acompanharam o nascimento de B. e que cuidaram de sua condição pós-natal não enxergavam um bom prognóstico para o caso. Sinalizaram para que a família se preparasse para o pior e o desenganaram. A mãe, em momento de desespero, desejou que seu filho morresse para que este sofrimento acabasse. O pai, apesar de tudo, permaneceu esperançoso, acreditando que seu filho poderia sair desta situação e sobreviver.

Apesar do prognóstico médico desfavorável, B. recuperou-se e conseguiu sobreviver sem sequelas orgânicas. Porém, sua mãe culpou-se violentamente por ter desejado a sua morte. Ela deprimiu-se, permanecendo assim por alguns meses. Afastou-se de sua atividade profissional e ficou incapaz de realizar suas tarefas e funções maternas. B. foi cuidado por seu pai, tias e avó, mas sua família ficou bastante preocupada e ocupada com a situação emocional de sua mãe. É importante sinalizar que a mãe de meu paciente cogitou cometer o suicídio neste período de depressão pós-natal.

Penso que a análise de B. se iniciou a partir do encontro da dupla analítica com algo indizível que se apresentou, pela via do sentimento de horror e pela figuração da morte, na mente do analista. Acredito que a imagem de B. morto atualizou o lugar indizível que ele ocupou diante das figuras parentais em um momento muito precoce de sua vida. Momento este no qual, apesar de vivo, ele era um bebê morto. Acredito que a análise de B. se abriu/iniciou com a difícil missão de produzir um sentido ao olhar de horror à morte do paciente. Impunha-se a mim a tarefa de escutar o lugar “colapsado” que B. ocupou aos olhos do desejo dos pais, para abrir uma via de possibilidades de criação de sentidos à vida.

A partir deste momento, a análise de B. se encaminhou para um campo muito sombrio. Ao mesmo tempo em que meu paciente começava a poder reconhecer alguns poucos avanços analíticos, ele também sinalizava que estava ficando cada vez mais difícil suportar a sua angústia. Apontava que parecia que seus pensamentos de morte nunca iriam deixar de assombrá-lo e que talvez fosse melhor morrer. Essa passagem da análise de B. deixou-me tomado de um intenso pavor em ter um paciente que viesse a ser bem-sucedido no projeto de suicídio. Além disso, senti-me ainda mais angustiado por conta de B. começar a faltar as sessões de análise sem nenhum aviso prévio.

Diante destas faltas sentia-me desamparado, não só como analista, mas também como pessoa, diante da possível perda de meu paciente. Por conta disso, decidi – como estratégia de escuta – tomar a iniciativa de ligar para B. regularmente nos intervalos das sessões (importante frisar que B. realizava duas sessões semanais, e as vezes três). Em muitas ocasiões ele não atendeu meus chamados nem retornava as ligações. Em outras, ligava em horários não convencionais para dizer que não estava bem e que precisava de ajuda. Quando retornava às sessões, sentia-se culpado e sem forças para seguir em seu tratamento.

Nesse momento difícil, afetado de uma grande tristeza, contou-me como poderia dar termo à sua vida: como era médico, sabia exatamente o que deveria fazer para ter uma morte rápida e sem dores. Além disso, ele teria acesso fácil às substâncias necessárias para realizar tal projeto. Convivemos nesse “terror a dois” por alguns meses. O que poderíamos fazer com isso?, indagava-me.

Ficou visível como que a vida de B. parecia ser atravessada, desde o início, pela ameaça de que a morte viesse apresentar a sua face mais violenta e destrutiva. Mesmo com receio de estar avançando além do que ele

poderia suportar, proponho essa intervenção a B. Tal intervenção abriu uma via interessante de trabalho de análise. Após a introdução dessa reflexão em sua análise, um horizonte menos sinistro começou a se apresentar. Ao poder reavaliarmos sua escolha profissional sublinhei que era verdade que a medicina lidava com muitas mortes. No entanto, também era verdade que o médico se depara, diariamente, com a vida, mesmo nas situações mais difíceis.

A análise seguiu, ainda por alguns meses, com o difícil trabalho de manejo transferencial da angústia diante do atravessamento da morte. A possibilidade de morte não deixou de nos assustar e sempre se apresentava como uma saída radical no horizonte de B. No entanto, penso que enquanto a morte se colocava como *um horizonte* era possível trabalhar. O problema do manejo seria justamente conseguir manter a morte em uma distância possível. Elaborar o sentimento de morte eminente e o olhar de um outro que observar aterrorizado essa morte parecia ser a grande questão que B. colocava a si e a mim em seu processo de análise.

A travessia analítica de B. se encerrou com a aprovação dele em um concurso, em outro estado, que, segundo seu relato, resolveria seus problemas financeiros. Enfim, conseguiria “se sustentar sozinho”. O interessante dessa aprovação foi que a vaga para qual se candidatou e fora aprovado era justamente a de médico legista. Seria o caso de se pensar uma transformação da morte em motor (literal) de uma sustentação da vida? Talvez sim, não há como saber. B. encerrou o percurso de análise sem que eu pudesse saber a resposta a essa pergunta.

Discussão teórico-clínica do caso B.

Começarei minha reflexão teórica sobre o caso apresentando uma discussão de um elemento que parece ser central na história de vida de B.: o colapso psíquico. Resgatarei as contribuições de Donald W. Winnicott, na esperança de que com elas eu possa enriquecer a discussão teórico-clínica do caso. A noção de colapso foi apresentada por Winnicott em seu célebre artigo intitulado “O medo do colapso (*Breakdown*)”, publicado em 1963.

Winnicott apresenta em sua obra uma discussão bastante complexa acerca dos estados de sofrimento psíquico considerados “mais graves”. O autor propõe, em linha gerais, que esse tipo de sofrimento mais grave encontra as suas bases etiológicas situadas em entraves nos momentos precoces da vida, ou seja, nas primitivas relações objetais. Dentro deste contexto, encontramos no artigo de 1963 a interrogação sobre o colapso psíquico e seus efeitos na clínica. O primeiro ponto que gostaria de destacar se refere à própria definição do colapso proposta por Winnicott. Essa noção encontra dupla significação para o autor: por um lado significa o fracasso de uma organização defensiva; por outro, significa aquilo que é o impensável estado de coisas que se situa em momento anterior à convocação de uma defesa (WINNICOTT, 1963/1994).

A respeito dessa dupla definição, Thomas Ogden (2006) – analista que trabalhou e fez avançar os referenciais winnicottianos – destaca que é preciso uma dose de paciência e tolerância para compreender a profundidade dos paradoxos da escrita de Winnicott. Para ele, Winnicott nunca apresenta suas ideias e conceitos de forma cristalizada em um significado definitivo. Concordo com a perspectiva de Ogden (2006) que interpreta o termo colapso não como um sinônimo de defesa psíquica, mas sim como um estado emocional relacionado às falhas ambientais mais primitivas que impactam, de forma decisiva, as necessidades básicas do bebê. Entendo que o colapso estaria relacionado com a possibilidade de o bebê ficar à mercê dos graves

efeitos do desequilíbrio pulsional que se instala em seu mundo interno após um desencontro radical com o objeto. Esta perspectiva coloca em relevo a ideia de que o colapso está referido à uma experiência de profundo desamparo e não exatamente a uma defesa psíquica contra tal estado de coisa.

Para Ogden (2006), o fracasso da ligação inicial da dupla mãe-bebê pode acabar por deixar o bebê solitário, em ‘carne viva’ e à beira da não existência, permanecendo em situação aterrorizadora da qual, para se proteger, ele pode acabar por aniquilar-se a si mesmo, refugiando-se na não existência. Porém, uma questão se impõe: uma vez que tenha acontecido no passado, por que os elementos colapsados não retornariam a partir da formação de um compromisso sintomático? Vale lembrar que Winnicott (1963/1994) apresenta a ideia de colapso associada à palavra/ideia “medo” (como podemos observar no próprio título de seu artigo), permitindo compreender que em sua perspectiva está contida a ideia da expectativa de ‘retorno do colapso’. Ogden (2006) alerta que também aqui nos encontramos diante de um paradoxo: o paciente precisa lembrar algo acontecido, porém não é possível lembrar algo que ainda ‘não aconteceu’.

Para responder essa questão, Winnicott (1963/1994) aponta que o colapso acontecido não contou com a presença do sujeito para vivenciá-lo enquanto tal. No colapso o acontecimento foi vivenciado em período anterior à possibilidade de contenção pulsional que pudesse produzir sentidos. A partir desse ponto de vista, posso compreender que o colapso se situa como um acontecimento registrado na história – ou melhor, na pré-história – de vida do sujeito, momento em que a linguagem ainda não era capaz de cobrir a experiência emocional primitiva. Por conta dessa experiência não poder fazer uso do aporte simbólico, ela acaba por ficar à margem, como uma espécie “corpo estranho encravado” em estado de *prêt-à-porter*.

Ogden (2006) afirma que o acontecimento passado, ocorrido, mas não vivenciado, continua a atormentar o sujeito até que ele possa encontrar um ambiente favorável para que o sujeito possa vivenciá-lo de modo simbólico. Tanto para Ogden (2006), quanto para Winnicott (1963/1994), a análise pode se configurar como uma situação vivida a dois capaz de permitir a elaboração do colapso, na medida em que ele (colapso) pode ser vivido pela primeira vez em presença de um objeto (analista) capaz de reagir fora dos domínios da repetição compulsiva. Para ambos os autores, a análise pode encontrar um caminho de êxito na medida em que a ‘coisa’ temida possa ser experienciada no aqui e agora da relação transferencial.

Concordo com a hipótese de Winnicott (1963/1994) no que se refere à ideia de que não se trata aqui do inconsciente recalçado, tal como se observa nos sofrimentos neuróticos. Trata-se, antes de tudo, de um inconsciente relacionado ao que não conseguiu ser integrado/simbolizado, ficando, portanto, clivado. Assim, podemos afirmar que o retorno do colapso na situação analítica não se dá por uma via que poderíamos qualificar como “retorno do recalçado”, em que impera a ideia de formação de compromisso e aliança simbólica. Em vez disso, entra em cena a atualização do não simbolizado através – principalmente – de vias infraverbais. Por conta disso, sublinho que a presença sensível do analista terá um papel fundamental.

Ogden (2006) afirma que grande parte do trabalho de análise consiste em o analista ajudar o paciente a viver ‘a vida que não foi vivida’, através do manejo da relação que envolve os investimentos da dinâmica da transferência-contratransferência. Suponho que para que a experiência do colapso possa envolver o passado, a análise deve ser capaz de proporcionar ao sujeito a possibilidade de o colapso ser acolhido na experiência transferencial e obtenha, a partir daí, o passaporte de ingresso ao mundo dos sentidos. É necessário que o analista amplie a sua escuta para capturar os elementos não verbais e com isso tornar possível um espaço para que o colapso possa ser vivido pela primeira vez, tornando-se apto, então, a ingressar na temporalidade singular da história de vida do analisando.

De acordo com essa perspectiva, a qualidade da presença do analista ganha um contorno fundamental, na medida em que ele precisa ser capaz de suportar o atravessamento da experiência do colapso e das conseqüentes agonias primitivas que a ele estão relacionadas. É importante que o analista seja capaz de acolher e devolver a parcela ‘não vivida’ da história de seu analisando de forma minimamente acessível para que um sentido possa ser construído. A importância de se destacar a qualidade da presença do analista nos aproxima da reflexão acerca do aspecto intersubjetivo da análise. Em especial, quando lidamos com situações extremas, levar em conta a dimensão intersubjetiva do tratamento psicanalítico se torna um instrumento valioso na condução da análise. A proposta de Winnicott e de Ogden são de muita importância ao entendimento do que se passou no caso de B. Parece colocar em primeiro plano a importância do meio ambiente e da resposta do objeto na constituição de uma dimensão colapsada na experiência emocional do sujeito.

Esta perspectiva nos ajuda a abrir trilhas de escuta capazes de incitar e provocar a criação de vias de associação possível ao analisando. Porém, julgo que estas contribuições não são suficientes para abarcar a complexidade do que o caso B. coloca em cena. Especialmente no que se refere à importância da empatia como instrumento de escuta analítica. Desenvolverei algumas ideias sobre essa noção para aprofundar o entendimento clínico do caso B.

A empatia e seu uso clínico

A empatia tem sido uma referência muito utilizada na psicanálise contemporânea. Esta noção tem se apresentado como um aporte importante na condução das análises que apresentam uma dimensão primitiva problemática. Apesar de ser uma ferramenta valiosa, o uso não analítico da empatia pode nos afastar do terreno psicanalítico e nos situar no jogo da mera sugestão mútua. Por conta disso, acredito ser preciso situar esta dimensão dentro dos parâmetros da psicanálise. Para isso, recorrerei às formulações de Ferenczi e de alguns comentadores de sua obra.

No belíssimo prefácio que escreve ao *Diário Clínico* de Ferenczi, Judith Dupont (1990) afirma que Sándor Ferenczi foi o primeiro analista se interrogar de forma consistente e profunda sobre o papel do analista no processo analítico. Segundo a autora, Ferenczi ocupou-se em refletir de forma teórico-clínica o impacto da presença do analista no *setting*. Sabemos que são muitas as referências na obra ferencziana sobre a dimensão empática da contratransferência. Como não terei a intenção de esgotar a plenitude das contribuições deste autor aqui, limitar-me-ei a refletir sobre as contribuições do conceito de empatia que possam iluminar o que se passou na relação analítica estabelecida com B.

No artigo “Elasticidade da técnica psicanalítica” (FERENCZI, 1928/2011) encontramos uma definição bastante precisa da empatia. A conceituação desta dimensão está contextualizada em uma discussão sobre o papel do analista no tratamento psicanalítico. Será no contexto de avaliação da dimensão do tato psicológico do analista que a empatia (*Einfühlung*) será conceituada. Segundo a perspectiva ferencziana o tato psicológico é “a capacidade de ‘sentir com’ (*Einfühlung*)” (FERENCZI, 1928/2011, p. 31). Kahtuni e Sanches (2009) apresentam algumas considerações muito valiosas que ajudam a amplificar as nuances daquilo que Ferenczi está conceituando nessa passagem.

A reflexão sobre a tradução do termo *einfühlung* poderá ajudar a destacar a sutileza do que Ferenczi (1928/2011) coloca em questão. Segundo Kahtuni e Sanches (2009) a tradução que melhor captura o sen-

tido do termo alemão não se resume apenas à expressão *sentir com*. Para elas, a melhor expressão para este termo seria *sentir o outro dentro de si*. O “sentir o outro dentro de si” alude – segundo as autoras – à ideia de “sentir como se fosse o outro, *sem, no entanto, sê-lo*” (KAHTUNI; SANCHES, 2009. p. 143, grifos meus). Destaco essa nuance da tradução, pois acredito ser importante sublinhar a ideia que pressupõe uma abertura do analista ao analisando sem que os limites e as fronteiras de diferenciação entre um e outro sejam abolidas.

Outro aspecto do conceito de empatia que desejo salientar se refere à exigência de uma sensibilidade no analista que acolha e escute o plano discursivo e gestual/afetivo do paciente. Como o analista poderá intervir junto ao seu analisando quando há prevalência de elementos não simbólicos? A essa pergunta, Ferenczi (1928/2011) responde que é através do “tato” psicológico que o analista encontra as melhores condições de trabalho. Segundo Ferenczi (1990; 1928/2011), antes que o analista se decida a realizar algum tipo de intervenção é preciso que ele pondere e retire por um momento o seu investimento libidinal de seu analisando. É importante que o analista tenha a capacidade de avaliar a sua própria situação emocional, para poder realizar uma intervenção. Mas levando em conta que não se deve guiar apenas pelo calor de seus afetos e sentimentos. De modo que é necessário que se realize um trabalho de análise daquilo que se presentifica no espírito do próprio analista. O analista precisa avaliar com acuidade e ponderação a forma e o momento oportuno antes de realizar uma intervenção *com* o seu paciente. Uma intervenção – mesmo que correta – fora do *timing* pode acarretar efeitos devastadores na vida emocional do paciente.

Ao analisar a proposição ferencziana da empatia, Auterives Maciel Jr. e Tereza Cristina Ferreira Novaes (2018) sinalizam que o uso do tato e da empatia na clínica favorecem a instalação de uma zona de indeterminação estratégica entre o paciente e o analista. Para os autores, a constituição dessa zona tem importância fundamental para o êxito de uma análise, especialmente nos casos em que elementos traumáticos e colapsantes estão presentes. A exploração da zona de indeterminação pode favorecer o acolhimento dos entraves mais radicais que possam aparecer no dispositivo psicanalítico. Com isso, é valorizada a ideia de que esta zona deve ser compreendida como um espaço de visibilidade e figuração para sentidos ainda não elaborados pela dupla analítica.

Com isso, depreendo que o tato e a empatia do analista podem ser compreendidos como um instrumento por onde o *sentir com* – e não *por* ou *através* – ganha o estatuto de uma nova inflexão instrumental na abordagem clínica. Trata-se de compreender a empatia como um meio de acesso a experiências inconscientes arcaicas que antecedem a compreensão verbal do sujeito. Com a empatia, o analista se implica e se analisa no *setting* em prol de uma possível elaboração do que se encontra fora do campo representacional de seu analisando. Com isso, abre-se a possibilidade de análise do campo das afetações mútuas, sem que com isso ocorra o apagamento das assimetrias necessárias que compõem e definem o espaço analítico (MACIEL JR.; NOVAES, 2018).

Acredito que este aspecto pode enriquecer muito o entendimento do manejo analítico de pacientes como o caso B. Pois sabemos que esses casos tendem a deslocar para o interior da mente do analista – via mecanismos defensivos de identificação projetiva – os elementos internos que permaneceram irredutíveis a um trabalho de domínio psíquico de simbolização. A contrapartida de uma dinâmica que opera ouvindo os efeitos dessa modalidade defensiva parece ser a possibilidade de o analista ampliar a sua escuta flutuante. Com a condição – não podemos esquecer – que ele esteja em dia com o compromisso ético de sua análise pessoal.

Considerações finais

A análise do caso B. me permitiu vivenciar de forma profunda os impasses da análise. Com este caso me vi obrigado a avançar na direção do entendimento do impacto da dimensão não simbolizada, colapsada, na situação analítica. Esta questão se colocou com um grande desafio à minha prática, na medida em que me vi habitado por terrores, angústias e sentimento de impotência. Debruçar-me sobre os temas do colapso e da empatia foi de suma importância para enriquecer os pilares fundamentais de minha formação.

Destaco que o trabalho de supervisão clínica foi de fundamental importância em minha postura analítica diante de B. Poder contar com a interlocução de Angela Coutinho nos momentos de extrema dificuldade e espanto desse caso foi algo que me abriu vias possíveis de transformação dos impasses em verdadeiras pontes de construções de novos sentidos, transformadoras. Lidar com a nossa inerente impossibilidade de controlar o que se passa na clínica é um dos legados mais fundamentais que pude acolher do intenso e rico trabalho de supervisão. A aposta, de que diante do inominável, também estamos desamparados, revigora o incessante convite que precisamos atualizar no sentido de produzir sentidos outros, onde a vida poderá ser humanamente vivida. Instaurar a possibilidade de “sentir o perfume de uma flor no lixo, e fuxicar”,¹ me parece ser a condição de criar vias de abertura a uma narrativa transformadora. Apesar das intensas dificuldades que meu paciente atravessou na vida e na análise, acredito que B. pode construir algo nesta direção.

Por fim, destaco a importância de contar com o suporte de minha análise pessoal em minha conduta ética desse caso. A possibilidade de acolher e ouvir minhas angústias e medos, oferecendo a elas espaços de figuração e transformação foi determinante em minha condução da análise de B e na minha posição de analista. Vivenciar, do lado de cá, os confins do que constitui a radicalidade da experiência humana me fez estabelecer uma relação empática com meus próprios fantasmas. Acredito ser esse o caminho para o estabelecimento de uma postura empática diante da radicalidade do sofrimento alheio.

Para concluir, sinalizo a importância de conseguir compartilhar os erros e acertos com meus pares, na esperança de poder chegar, mesmo que mancando, no lugar em que é possível se abrir para ouvir o outro.

“O que não se pode alcançar voando, deve-se alcançar mancando... Mancar, dizem as Escrituras, não é um pecado.”²

[RUCKERT, F. citado por Freud em “Além do princípio de prazer” (1920/2020).]

Referências

DUPONT, J. Prefácio. In: FERENCZI, S. *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FERENCZI, S. *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FERENCZI, S. A elasticidade da técnica psicanalítica. In: FERENCZI, S. *Obras completas – Psicanálise IV*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1928/2011. p. 29-42.

¹ Verso da música “Ritual” de Cazusa, lançada no álbum “Só se for a dois”, de 1987.

² Antepenúltimo e último versos do poema “Os dois florins”, versão alemã de um dos Maqāmāt [Contos] do poeta árabe Abu Muhammad al-Hariri (1054-1122), feita pelo poeta e orientalista Friedrich Rückert (1788-1866) e publicada em 1826 como parte de *As metamorfoses de Abu Said de Serugue ou Os macâmes de Hariri*.

FREUD, S. (1920) Além do princípio de prazer. In: FREUD, S. *Obras incompletas de Sigmund Freud – Além do princípio de prazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

KAHTUNI, H. C.; SANCHES, G. P. *Dicionário do pensamento de Sándor Ferenczi: uma contribuição à clínica psicanalítica contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: FAPESP, 2009.

MACIEL JR, A.; NOVAES, T. C. F. *Einfühlung: a arte de sentir com*. In: MACIEL JR, A. (org.) *Trauma e ternura: a ética em Sándor Ferenczi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

OGDEN, T. O medo do colapso e a vida não vivida. In: *Livro Anual de Psicanálise*. XXX-1, 2006.

WINNICOTT, D. W. (1963) “O medo do colapso (*Breakdown*)”. In: WINNICOTT, C.; SHEPHERD, R. & DAVIS, M. (org.) *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

Leandro Rafael Ferreira dos Santos é psicanalista, mestre em teoria psicanalítica (UFRJ). Doutorando em teoria psicanalítica (UFRJ). Membro titular (SPID). Autor de *A identificação nos estados-limites: um estudo psicanalítico*.

Humor e horror

Patricia Guimarães

Vou tentar fazer uma costura entre questões que vêm sendo discutidas no grupo de estudos Estética e Psicanálise, centrado nos temas o humor e o estranho ou *Das unheimlich*, em Freud, que trato também pelo nome de horror.

Ao aproximar humor e horror, faço uma brincadeira, uma espécie de chiste, tirando proveito da homofonia entre essas palavras para sugerir possíveis vias de contato entre dois sentimentos opostos, o primeiro implicando ganho de prazer e o segundo, inevitável desprazer.

De saída, vale falar algo sobre a Estética.

Entendida como “teoria das qualidades do sentir”, a Estética interessa à Psicanálise, é Freud quem diz, sobretudo no que toca o domínio marginal do horror (*Das unheimlich*), no qual impera certo tipo de sentimento de angústia. Em seus efeitos de prazer, o Humor pertence também a esse mesmo território da estética, marginal aos sentimentos elevados e desafetados do belo e do sublime, inscritos no quadro de uma filosofia – a de Kant – que não dispensa o racionalismo. Seria possível, porém, encontrar em Edmund Burke, fiel à tradição empirista, outras ideias sobre o belo e o sublime mais próximas do campo de interesse da psicanálise: a ideia de belo ligada à paixão erótica enquanto impulso sexual/social; e a ideia de sublime como a paixão mais dolorosa, derivada do impulso de autoconservação do indivíduo. Burke oferece o exemplo de uma “teoria das qualidades do sentir”, que poderia ser integrada àquilo que a psicanálise chama “circuito pulsional” – e há quem pense que Freud se inspirou nele, apesar de sua vontade expressa de estar distante de qualquer filosofia.

Humor e horror, para Freud, são modos específicos da experiência estética e da economia psíquica – embora o humor necessite do laço social que o retira do âmbito da estética pura. Para partilhar o humor, é preciso ter um repertório cultural comum ou, como se diz, “pertencer à mesma paróquia”. O humor não é apenas inocente, tem também propósito agressivo ou irônico, voltado à crítica e à depreciação do outro.

O tipo especial de humor que interessa a Freud é o chiste ou *witz* (em língua alemã), diferente do cômico e de outras nuances humorísticas, significando, na linguagem comum, gracejo, brincadeira, trocadilho,

“blague”, dito espirituoso, tirada filosófica, sofisma, etc. Para a metapsicologia freudiana, o chiste/*witz* é um jogo de pensamento e palavra capaz de produzir, sob o ponto de vista da economia da libido, um ganho de prazer, por meio da suspensão temporária do recalque. Economiza-se a despesa de energia empregada para erguer ou manter o recalque. Sob vários aspectos, o chiste se organiza de maneira similar à linguagem do sonho, operando por condensação, deslocamento, representação pelo contrário ou similar etc.

Ao escrever *A Interpretação dos Sonhos*, Freud se dá conta de que a “estrutura” da linguagem onírica se assemelha à do chiste. Sonho e chiste falam uma língua não submetida à crítica da razão. (*A Interpretação dos Sonhos* é publicado em 1900, o *Livro dos Chistes*, em 1905.)

Quanto ao horror, o ensaio intitulado *Das Unheimlich* (1919) confirma que esse sentimento evoca “a mesma sensação de desamparo experimentada em alguns estados oníricos” (Freud, 2006, p. 254).

Freud começa por analisar esse sentimento estético afim com o pesadelo, a partir da etimologia da palavra alemã *Heimlich*, significando algo que pertence à casa, à família, ao doméstico, ao íntimo, ao território bem conhecido, mas que guarda em si a sugestão de outros significados possíveis. Acrescida da partícula de negação “*un*”, passa, de maneira direta, a indicar sentidos inversos: o estranho, o inquietante, o sinistro, o infamiliar, o alienígena, o aterrorizante, o demoníaco – daí as diversas traduções que o conceito *unheimlich* e o título do ensaio vêm recebendo. Freud resume assim o problema: “*heimlich* é uma palavra cujo significado se desenvolve na direção da ambivalência, até que finalmente coincide com o seu oposto, *unheimlich*” (Freud *apud* Masschelein, 2012, p. 243). Ganha evidência aqui a polissemia essencial à palavra, nos convidando repetidamente a lançar novas possíveis interpretações.

Para quem, como Manoel de Barros, vê a poesia como “estranhamento” da linguagem comum, qualquer palavra tem vocação *unheimlich*...

O horror reitera o paradoxo que define a noção freudiana de inconsciente: instância do pensamento sem contradição, em que não vigora o negativo ou a ordem linear do tempo e da gramática. Por essa via, o conceito *unheimlich* se conecta com o de chiste, já que ambos contam com a plasticidade do sentido.

Freud parte dos usos comuns da palavra – ou seja, da linguagem cotidiana, para definir um conceito meta-psicológico: o sentimento estético *unheimlich* aparece como tipo de angústia gerada pela compulsão à repetição de moções pulsionais infantis recalçadas – mostra-se aquilo que deveria permanecer oculto, mas vem à luz. Esse sentimento tem a marca da incerteza: isso que não cessa de retornar, pertence à realidade ou à fantasia? Embora o conceito *unheimlich* parta também da análise do conto “O Homem da Areia” (1816), de Hoffmann, e de outros textos literários, Freud conclui que a literatura, por ser apresentada inequivocamente como ficção, não poderia suscitar efeitos *unheimlich*, tal como ocorrem na experiência viva – (não vou desenvolver isso aqui, mas o Conto de Hoffmann tem aspectos de horror e também de humor).

Importa para a metapsicologia que angústia *unheimlich* “se opõe ao princípio do prazer” e denuncia “o caráter demoníaco de certos aspectos da vida pulsional”, antecipando a definição futura da pulsão de morte. O demoníaco aparece como movimento repetitivo ou condição regressiva e mortífera; remete ao desamparo infantil e/ou estágio primitivo da cultura, dominado pelo pensamento mágico e animista, segundo Freud, sujeito ao horror.

Talvez por reunir vários temas centrais à metapsicologia freudiana (recalque, compulsão à repetição, a castração, o duplo, o aspecto demoníaco da pulsão), o ensaio *sobre o horror/unheimlich* tem sido mais lido e

comentado do que os textos freudianos sobre o humor – o livro *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905) – que faz um desenvolvimento extenso e sistemático do tema, e um pequeno artigo intitulado *O Humor* (1927), publicado 22 anos depois.

Alguns comentadores observam que o humor permanece como tema isolado com relação aos demais conceitos freudianos. Daniel Kupermann sustenta que isso se explica pelo pouco desenvolvimento do tema sublimação, ao qual o humor estaria estreitamente relacionado. A seu ver, “a metapsicologia do humor é paradigmática para compreensão do processo sublimatório”. A tese que Kupermann publica com o título *Ousar rir* encontra em Freud duas versões contraditórias sobre a sublimação: uma que se desvia de Eros e outra que preserva o investimento libidinal – essa última lhe permite recomendar o uso do humor como recurso clínico.

Mas é a palavra de Freud que nos garante que o chiste resgata para o adulto o prazer infantil no brincar com a sonoridade da palavra e com o *nonsense* em detrimento da fixação de sentidos. O brinquedo verbal subverte as hierarquias, as categorias do pensamento e a ordem das identificações. Ao promover a regressão ao infantil no uso da linguagem, essa brincadeira de adulto garante a função sublimatória sem renunciar à libido.

O chiste é sempre um jogo de fala e de escuta e vale perguntar se essa brincadeira se aplica à clínica. Kupermann responde que sim, desde que o psicanalista abandone a posição de neutralidade em favor da empatia: o jogo convida a sorrir ou rir junto...

* * * *

O tema do humor foi relançado, para além do chiste, no artigo escrito em 1927, em que Freud desenvolve a ideia de uma “posição humorística” favorecendo a onipotência infantil contra qualquer tipo de coerção, seja proveniente da realidade ou das exigências do superego – aqui se aposta na possibilidade de que o impiedoso superego renuncie à função de censura e aceite o convite feito pelo humor de favorecer o brincar/a fantasia infantil.

Referências

FREUD, S. (1919/2006). O Estranho. In: *Uma neurose infantil e outros trabalhos*, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1917-1918/2006.

MASSCHELEIN, J. Unheimlich / das Unheimliche. In: CARIJÓ, S. H. Os homens da areia de Eta Hoffmann e de Neil Gaiman e o conceito de estranho, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342059608_OS_HOMENS_DA_AREIA_DE_ETA_HOFFMANN_E_DE_NEIL_GAIMAN_E_O_CONCEITO_DE ESTRANHO Acesso em fev. 2021.

Patrícia Guimarães é psicanalista, membro associado da SPID.

Quintas na SPID e SPID Circular

Comissão de Divulgação e Publicação

A partir de maio de 2021, a Comissão de Divulgação e Publicação da SPID começou a organizar o projeto mensal Quintas na SPID, na primeira quinta-feira de cada mês, com transmissão simultânea ao vivo para o canal do YouTube. Com a proposta de receber e escutar convidadas/os com experiências diferentes, na psicanálise e em áreas afins, os encontros acolhem a diversidade, o outro.

Queremos dialogar com o mundo, com a cultura, com a sociedade, e dar visibilidade a práticas de si que possam fortalecer grupos excluídos e discriminados, como os indígenas, os negros, as mulheres, os idosos, as crianças, a população LGBTI+ e outros.

Revisitamos a nossa agenda de 2022 e agradecemos às/aos convidadas/os:

Março: Anchyses Jobim Lopes (membro efetivo e psicanalista do Círculo Brasileiro de Psicanálise – Seção Rio de Janeiro, sociedade filiada ao Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP) e à International Federation of Psychoanalytic Societies (IFPS)). Ele falou sobre o tema “**Bacharelado em psicanálise?**”, a história dos consensos, problemas e do modo de funcionamento da Articulação de Entidades Psicanalíticas.

Abril: Marcio Garrit (psicanalista da SPID) falou sobre “**Psicologia das massas, ainda hoje?**”. Marcio é psicanalista, filósofo e professor. Mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida (RJ) e doutorando em Psicologia Clínica na PUC-Rio.

Maio: Bruno Campos (psicanalista da SPID) falou sobre “**O Lugar da Arte na Clínica Psicanalítica?**”. Tivemos uma conversa sobre o diferencial da arte na transferência.

Bruno é psicanalista, membro titular e professor na SPID. Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi. Autor de vários artigos sobre Psicanálise e Arte.

Junho: Leif Grünwald (mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal Fluminense e pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados), falou sobre “**3 + 1 problemas sobre a noção de grupo – Félix Guattari?**”.

Julho: André Avelar (psicanalista da SPID) falou sobre “**Sexualidade e contemporaneidade: um diálogo entre Sandor Ferenczi e Judith Butler?**”. Membro titular da SPID; doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sandor Ferenczi.

Agosto: Alexandre Starnino (psicanalista e pesquisador). Doutorando em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; mestre pela mesma instituição, falou sobre “**Identidade e identificação em psicanálise e o estatuto político do significante**”.

Setembro: Hudson Augusto Rodrigues Bonomo (psicanalista da SPID) falou sobre “**Psicanálise e tecnologia: O que tem a ver?**”. Doutorando em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida (UVA); mestre em Ciências em Engenharia Mecânica pela COPPE/UFRJ; pós-graduado em Clínica Psicanalítica na Universidade Santa Úrsula (USU); coordenador da Especialização em Teoria e Clínica Psicanalítica Freud-Lacanianana da USU.

Outubro: Silvia Zornig (psicanalista da SPID) falou sobre “**Figuras do Arcaico na Clínica Psicanalítica**”, professora do programa de pós-graduação em Psicologia Clínica na PUC-Rio, coordenadora do curso de especialização em Psicanálise com Crianças também na PUC-Rio e coordenadora do Laboratório – Constituição Psíquica e Clínica Psicanalítica (LABPSI).

Nesse mesmo mês, tivemos a participação do Psicanalista. Prof. Dr. Daniel Omar Perez (psicanalista e professor de Filosofia na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp), que falou sobre “**Pulsão de morte e laço social**”.

Novembro: Flávio Vassoler (doutor em Letras pela Universidade de São Paulo – USP e pós-doutorado em Literatura Russa pela Northwestern University – EUA) falou sobre “**Dostoiévski, Precursor da Pulsão De Morte Freudiana**”.

Neste mesmo mês iniciamos uma nova atividade: **Entrevista circular**. Nosso objetivo é trazer especialistas de um determinado assunto e com isso realizar uma entrevista/roda de conversa, sobre o tema. Tivemos conosco os psicanalistas Thais Klein e Marcio Garrit. Ambos divulgaram seus recentes artigos científicos, respectivamente, “**A linguagem em André Green e Thomas Ogden**” e “**Freud: do mito à cultura**”.

Dezembro: Ivanisa Teitelrojt Martins (psicanalista da SPID) falou sobre “**Psicanálise: uma Experiência do Inconsciente**”. Psicóloga pela PUC-Rio, mestre em Psicologia Teórico-experimental na mesma universidade, e em Psicologia Clínica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com pós-graduação em Teoria Psicanalítica pela Universidade de Brasília (UNB).